

existem entre uma sociedade e outra grandes diferenças no grau e tipo de estratificação, dá-se também alguma atenção às variedades da desigualdade social e aos fatores variáveis que as fazem aparecer.

É óbvio que a presente tarefa exige duas diferentes linhas de análise — uma para compreender os aspectos universais, outra para compreender os aspectos variáveis da estratificação. Naturalmente cada linha de investigação auxilia a outra e lhe é indispensável, e a seguir as duas serão tratadas conjuntamente, muito embora sejam enfatizados os fatores universais, em virtude das limitações de espaço.

Assim, será necessário ter em mente que toda a exposição refere-se ao sistema de posições, não aos indivíduos que as ocupam. Uma coisa é perguntar por que diferentes posições implicam diferentes graus de prestígio, outra bem diversa é indagar como certos indivíduos as assumem. Ainda que, como nossa argumentação tentará mostrar, ambas as questões estejam relacionadas, é essencial mantê-las separadas em nosso pensamento. A maior parte dos estudos sobre estratificação tem procurado responder à segunda (em particular com respeito à facilidade ou dificuldade de mobilidade entre os estratos), sem ocupar-se com a primeira. Mas esta é logicamente anterior e, no caso de qualquer indivíduo ou grupo particular, concretamente anterior.

A NECESSIDADE FUNCIONAL DE ESTRATIFICAÇÃO

Curiosamente, a principal necessidade funcional que explica a presença universal da estratificação é precisamente a exigência enfrentada por qualquer sociedade de situar e motivar os indivíduos na estrutura social. Como um mecanismo em funcionamento, a sociedade deve de algum modo distribuir seus membros em posições sociais e induzi-los a executar os deveres inerentes a elas. Deve, portanto, preocupar-se com a motivação em dois diferentes níveis: instilando nos indivíduos adequados o desejo de preencher certas posições

ALGUNS PRINCÍPIOS DE ESTRATIFICAÇÃO*

KINGSLEY DAVIS e WILBERT E. MOORE

Tradução de Luiz Antônio Machado da Silva

NUM TRABALHO PRÉVIO foram apresentados alguns conceitos para o tratamento dos fenômenos de desigualdade social.¹ O presente artigo empreende um passo a mais na teoria da estratificação — uma tentativa de mostrar as relações entre esta e o resto da ordem social.² Partindo da posição de que não há sociedade sem classe, ou “não-estratificada”, faz-se um esforço para explicar, em termos funcionais, a necessidade universal de estratificação em qualquer sistema social. Em seguida procura-se explicar a distribuição aproximadamente uniforme do prestígio entre os principais tipos de posição em qualquer sociedade. Por outro lado, como

* “Some Principles of Stratification”, em *American Sociological Review*, abril de 1945, pp. 242-249, de Kingsley Davis e Wilbert E. Moore.

¹ Kingsley Davis, “A Conceptual Analysis of Stratification”, *American Sociological Review*, junho de 1942, pp. 309-321.

² Os autores lamentam (e se desculpa) que o presente ensaio — condensação de estudo mais longo — cubra um assunto muito amplo neste pequeno espaço, impedindo que se ofereça adequada evidência e sejam feitas as restrições cabíveis ao mesmo, apresentando por conseguinte o que é de fato uma simples tentativa sob forma dogmática.

e, uma vez nelas, o desejo de executar os deveres que lhe estão ligados. Ainda que a ordem social possa ter forma relativamente estática, há um processo contínuo de metabolismo, na medida em que novos indivíduos nascem dentro dela, mudam de lugar com a idade e morrem. Sua absorção no sistema de posições deve de algum modo ser conseguida e motivada. Isso é verdade, seja o sistema competitivo ou não-competitivo. Um sistema competitivo dá maior importância à motivação para adquirir posições, enquanto um sistema não-competitivo dá talvez maior importância à motivação para executar os deveres inerentes às posições, mas em qualquer sistema são exigidos ambos os tipos de motivação.

Se os deveres associados às várias posições fôsem todos igualmente agradáveis ao organismo humano, igualmente importantes para a sobrevivência da sociedade, e necessitassem igualmente da mesma habilidade ou talento, não faria diferença quem estivesse em que posição, e o problema do enquadramento do indivíduo na sociedade seria muito reduzido. Mas de fato isso faz enorme diferença não apenas porque algumas são em si mesmas mais agradáveis do que outras, mas também porque algumas requerem talentos ou treinamentos especiais e algumas são funcionalmente mais importantes que outras. Além disso, é essencial que os deveres associados às posições sejam executados com a diligência que sua importância exige. Inevitavelmente, então, uma sociedade deve ter, em primeiro lugar, alguma espécie de recompensa que possa usar como incentivo, e em segundo alguma maneira de distribuí-la diferencialmente de acordo com as posições. As recompensas e sua distribuição tornam-se uma parte da ordem social, e assim dão origem à estratificação.

Pode-se perguntar que espécie de recompensa uma sociedade tem à disposição para distribuir ao seu pessoal e assegurar os serviços essenciais. Antes de mais nada, tem as coisas que contribuem para a subsistência e conforto; a seguir, as que contribuem para o humor e a diversão; e finalmente

as que contribuem para o auto-respeito e a expansão do *ego*. As últimas, devido ao caráter particularmente social do *self*, estão em grande parte em função da opinião dos outros, porém assim mesmo equivalem em importância às duas primeiras. Em qualquer sistema social, todos os três tipos de recompensas devem ser dispensados diferencialmente de acordo com as posições.

Em certo sentido, as recompensas são incorporadas à posição. Elas consistem nos "direitos" associados à posição, além do que pode ser chamado de seus acompanhamentos ou acessórios. Com frequência, os direitos, e algumas vezes os acompanhamentos, estão funcionalmente relacionados aos deveres da posição. (Os direitos, do ponto de vista de seus possuidores, são via de regra deveres, do ponto de vista dos outros membros da comunidade.) Entretanto pode haver um grande número de direitos e proventos subsidiários que não são essenciais à posição, e têm apenas uma conexão indireta e simbólica com os deveres desta, mas que ainda podem ser de considerável importância para induzir as pessoas a buscá-las e cumprir os deveres essenciais.

Se os direitos — e seus acompanhamentos — relativos às diferentes posições de uma sociedade devem ser desiguais, então ela deve ser estratificada, porque é isso precisamente o que a estratificação significa. A desigualdade social é portanto um artifício inconscientemente desenvolvido, por intermédio do qual as sociedades asseguram que as posições mais importantes sejam criteriosamente preenchidas pelos mais qualificados. Por essa razão, qualquer sociedade, não importa quão simples ou complexa, deve diferenciar as pessoas em termos de prestígio e estima, e deve portanto possuir certa soma de desigualdades institucionalizadas.

Daí não se segue que a quantidade e o tipo das desigualdades necessitem ser os mesmos em todas as sociedades. Isso é em grande parte uma função dos fatores que serão discutidos adiante.

OS DOIS DETERMINANTES DA HIERARQUIA DAS POSIÇÕES

Admitindo que a desigualdade possui uma função geral, podem-se especificar os fatores que determinam a ordenação das diferentes posições. Via de regra, as que implicam maiores recompensas, e por este motivo estão nos mais altos níveis daquela ordenação, são as que: *a*) têm maior importância para a sociedade e *b*) exigem maior treinamento ou talento. O primeiro fator diz respeito à função, e sua significação é relativa; o segundo refere-se aos meios e é uma questão de escassez.

Importância funcional diferencial

Na realidade uma sociedade não precisa recompensar posições na proporção de sua importância funcional. Apenas necessita dar-lhes recompensas suficientes para assegurar que sejam cumpridas satisfatoriamente. Por outras palavras, deve zelar para que as posições menos essenciais não concorram com sucesso com as mais essenciais. Se uma posição é com facilidade preenchida, não precisa ser muito recompensada, ainda que importante. Por outro lado, se além de importante é difícil de preencher, a recompensa deve ser alta o bastante para assegurar o preenchimento apesar de tudo. A importância funcional é portanto causa necessária, mas não suficiente, para conferir elevada situação hierárquica a uma posição.³

Escassez diferencial de pessoal

Praticamente todas as posições, não importa como sejam adquiridas, exigem alguma forma de qualificação ou capa-

³ Infelizmente, a importância funcional é difícil de estabelecer. Usar o prestígio da posição para determiná-la, como muitas vezes é inconscientemente feito, constitui, do nosso ponto de vista, um raciocínio circular. Existem, não obstante, dois indicadores independentes: *a*) o grau no qual uma posição é funcionalmente única, não havendo outras que possam desempenhar com êxito a mesma função; *b*) o grau no qual

cidade para seu desempenho. Isso está implícito na própria noção de posição, que implica que o ocupante deve, em virtude de sua "investidura", realizar determinadas coisas.

Existem, em última análise, apenas duas maneiras pelas quais as qualificações de uma pessoa se manifestam: através de capacidade inerente ou por meio de treinamento. É óbvio que, nas atividades concretas, ambas são sempre necessárias, mas de um ponto de vista prático a escassez pode estar colocada basicamente em uma ou outra, tanto quanto nas duas. Algumas posições exigem talentos inatos em tão alto grau que as pessoas que as ocupam são raras. Em muitos casos, por outro lado, o talento é abundante na população, mas o processo de treinamento é tão longo, custoso e elaborado que relativamente poucos se podem qualificar. A Medicina moderna, por exemplo, está dentro da capacidade mental da maioria dos indivíduos, mas uma educação médica é tão trabalhosa e onerosa que virtualmente ninguém se aventuraria nela se a posição de doutor não trouxesse consigo uma recompensa ao nível do sacrifício.

Se os talentos requeridos para uma posição são abundantes e o treinamento fácil, o método de adquirir a posição pode ter pouco que ver com seus deveres. Pode haver, na realidade, uma relação apenas accidental. Mas se as qualificações exigidas são escassas em virtude da raridade ou do

outras posições dependem da que está sendo considerada. Ambos os indicadores são melhor exemplificados em sistemas organizados de posições, desenvolvidos em torno de uma função principal. Assim, em sociedades mais complexas, as funções religiosas, políticas, econômicas e educacionais são manejadas por estruturas distintas dificilmente intercambiáveis. Acresce que cada estrutura possui muitas posições diferentes, algumas claramente dependentes, se não subordinadas, de outras. Em suma, quando um núcleo institucional se torna diferenciado em torno de uma função principal, e ao mesmo tempo organiza grande parte da população segundo seus padrões de relacionamento, as posições-chave assumem a mais alta importância funcional. A ausência dessa especialização não prova falta de importância funcional, porque toda a sociedade pode ser até certo ponto não-especializada; mas é indubitável que as mais importantes funções recebem a primeira e mais nítida diferenciação estrutural.

custo do treinamento, a posição, se funcionalmente importante, deve ter um poder atrativo que carregue para si as qualificações necessárias na competição com outras posições. Isso significa, com efeito, que deve ser alta na escala social — deve dispor de grande prestígio, alto salário, amplo tempo de lazer, etc.

Como as variações devem ser entendidas

Na medida em que existe diferença entre um sistema de estratificação e outro, pode ser atribuída a qualquer fator influência nos dois determinantes da recompensa diferencial — ou seja, a importância funcional e a escassez de pessoal. Posições importantes em uma sociedade podem não o ser em outras, porque as condições enfrentadas por elas, ou seu grau de desenvolvimento interno, podem ser diferentes. As mesmas condições, por seu turno, podem afetar a questão da escassez, porque em algumas sociedades o estágio de desenvolvimento ou a situação externa pode dispensar a necessidade de certo tipo de qualificação ou talento. Assim, qualquer sistema particular de estratificação pode ser entendido como um produto das condições que afetam as duas supramencionadas bases da diferenciação da recompensa.

AS PRINCIPAIS FUNÇÕES SOCIETÁRIAS E A ESTRATIFICAÇÃO

Religião

A razão pela qual a religião é necessária está aparentemente baseada no fato de que a sociedade humana alcança sua unidade antes de mais nada através da posse, pelos seus membros, de certos valores últimos e fins comuns. Ainda que esses valores e fins sejam subjetivos, influenciam o comportamento, e sua integração capacita a sociedade a operar como sistema. Não se derivando da herança nem da natu-

reza externa, eles se desenvolveram como parte da cultura pela comunicação e pressão moral. Podem, sem embargo, mostrar-se dotados de alguma realidade para os membros da sociedade, e é papel da crença religiosa e do ritual preencher e reforçar essa aparência. Através da crença e do ritual, os fins e valores comuns são relacionados a um mundo imaginário simbolizado por objetos sagrados concretos, que por seu turno é relacionado de maneira significativa com os fatos e experiência da vida individual. Através da adoração dos objetos sagrados e dos seres que eles simbolizam, bem como da aceitação das prescrições sobrenaturais que são ao mesmo tempo códigos de comportamento, é exercido um poderoso controle sobre a conduta humana, guiando-a ao longo de linhas que sustentam a estrutura institucional e estão de acôrdio com os fins e valores últimos.

Se essa concepção do papel da religião é verdadeira, pode-se compreender por que em toda sociedade conhecida as atividades religiosas tendem a estar a cargo de pessoas especiais que propendem desse modo a desfrutar maiores recompensas que os membros comuns da sociedade. Certas recompensas e privilégios especiais podem destinar-se apenas aos mais altos funcionários religiosos, mas outras, via de regra, estendem-se a toda classe sacerdotal, caso esta exista.

Além disso, há uma relação peculiar entre os deveres dos funcionários religiosos e os privilégios especiais que desfrutam. Se o mundo sobrenatural governa os destinos dos homens mais profundamente que o mundo real, seu representante terrestre, a pessoa por intermédio da qual um indivíduo pode comunicar-se com o sobrenatural, deve ser poderosa. Ela é depositária da tradição sagrada, executante qualificada do ritual e intérprete da doutrina e do mito. Está em tão íntimo contato com os deuses que é vista como portadora de algumas de suas características. Em resumo, tem algo de sagrado, e desse modo está livre de algumas das mais vulgares necessidades e controles.

Não é acidente, portanto, que os funcionários religiosos tenham estado associados às mais altas posições de poder, como nos regimes teocráticos. Na verdade, olhando desse ponto de vista, pode-se indagar o motivo pelo qual eles não assumem total controle sobre suas sociedades. Os fatores que impedem tal fato são dignos de nota.

Em primeiro lugar, o nível de competência técnica necessário para o desempenho dos deveres religiosos é baixo. Não é exigida capacidade científica ou artística. Qualquer pessoa pode proclamar que goza de íntima relação com as deidades, e ninguém pode com sucesso questioná-la. Portanto, o fator escassez de pessoal, em termos de técnica, não tem vigência.

Pode-se dizer, por outro lado, que muitas vezes o ritual religioso é elaborado e a doutrina abstrusa, e que os serviços sacerdotais exigem tato, se não inteligência. Isso é verdade, mas os requisitos técnicos da profissão são na maior parte acidentais, não relacionados com o fim da mesma maneira que, por exemplo, a ciência está relacionada ao transporte aéreo. O sacerdote nunca pode estar livre da competição, desde que os critérios sobre se tem ou não genuíno contato com o sobrenatural jamais são estritamente claros. É a competição que desacredita a posição sacerdotal, mais do que poderia ser esperado à primeira vista. Este é o motivo pelo qual o prestígio sacerdotal é mais alto nas sociedades onde o fato de pertencer à profissão é rigidamente controlado pela própria corporação sacerdotal. Por isso também, pelo menos em parte, são utilizados refinados artifícios para acentuar a identificação da pessoa com seu cargo: vestimentas fora do comum, conduta anormal, dieta especial, residência segregada, celibato, lazer conspícuo e coisas semelhantes. De fato, o sacerdote corre sempre o perigo de se tornar de algum modo desacreditado — como acontece numa sociedade secularizada — porque num mundo em que os fatos são vistos cruamente, apenas o conhecimento sagrado e ritual não trará

colheitas nem construirá casas. Além disso, por menos que ele esteja protegido por uma corporação profissional, a identificação do sacerdote com o sobrenatural tende a excluir sua aquisição de abundantes bens terrenos.

Dentre as sociedades, parece que o tipo medieval de ordem social confere ao sacerdote as mais altas posições de toda a escala. Nela há suficiente produção econômica para permitir um excedente, que pode ser utilizado para sustentar um clero numeroso e altamente organizado, e no entanto o populacho é ainda iletrado e portanto muito crédulo. Talvez o exemplo mais extremo esteja no budismo do Tibete, mas encontram-se outros no catolicismo da Europa feudal, no regime inca do Peru, no bramanismo da Índia e no clero maia do Iucatão. Por outro lado, se a sociedade é tão primitiva a ponto de não apresentar excedente e ter pouca diferenciação, fazendo que todo sacerdote deva ser também lavrador ou caçador, a separação entre o *status* sacerdotal e outros praticamente não basta para que o prestígio sacerdotal signifique muito. Quando o sacerdote de fato tem alto prestígio nessas circunstâncias, é porque executa também outras importantes funções (via de regra políticas e médicas).

Numa sociedade muito avançada, fundada na tecnologia científica, o sacerdote tende a perder *status*, porque a tradição sagrada e o culto do sobrenatural passam para segundo plano. Os valores últimos e os fins comuns tendem a ser expressos de maneiras menos antropomórficas pelos responsáveis, que ocupam fundamentalmente posições antes políticas, econômicas ou educacionais, que religiosas. Contudo, é bem possível que os intelectuais exagerem o grau no qual o sacerdócio, num meio presumivelmente secular, perdeu prestígio. Quando o assunto é examinado de perto, o proletariado urbano — tanto quanto os moradores do campo — prova, muito mais do que se espera, ser temente a deus e dominado pelos sacerdotes. Nenhuma sociedade se tornou tão completamente secularizada a ponto de liquidar a crença

nos fins transcendentais e entidades sobrenaturais. Mesmo numa sociedade secularizada deve existir algum sistema de integração dos valores últimos, de expressão ritualística dos mesmos e de ajustamentos emocionais exigidos pelo desajustamento, morte e desastre.

Governo

Como a religião, o governo representa um papel único e indispensável na sociedade. Mas em contraste com ela, que provê a integração em termos de sentimentos, crenças e rituais, o governo organiza a sociedade em termos de lei e autoridade. Além disso, orienta-se mais para o mundo real que para o desconhecido.

Suas principais funções são, internamente, a manutenção em última instância das normas, a arbitragem final dos interesses em conflito, bem como o planejamento e a direção global da sociedade; e, externamente, a condução da guerra e da diplomacia. Para cumpri-las, o governo atua como agente de todo o povo, desfruta o monopólio da força e controla todos os indivíduos dentro de seu território. A ação política, por definição, implica autoridade. Um funcionário pode mandar porque tem autoridade, e o cidadão deve obedecer porque está sujeito a ela. Por este motivo, a estratificação é inerente à natureza dos relacionamentos políticos.

Tão nítido é o poder corporificado na posição política que a desigualdade política é algumas vezes imaginada como compreendendo todas as desigualdades. Mas pode-se mostrar que há outras bases de estratificação, e que os seguintes controles operam na prática para impedir que o poder político se torne absoluto: a) o fato de que os reais ocupantes de cargos políticos, especialmente aqueles que determinam a alta política, devem ser necessariamente poucos, comparados com o total da população; b) o fato de que os governantes representam mais o interesse do grupo que o próprio, e são portanto restringidos em seu comportamento pelas nor-

mas e costumes, destinados a manter essa limitação de interesses; c) o fato de que o ocupante de cargo político possui autoridade apenas em virtude do cargo, e por isso qualquer conhecimento, talento ou capacidade especial que possa proclamar é puramente accidental, tanto que muitas vezes tem que depender dos outros para assistência técnica.

Em vista desses fatores limitativos, não é estranho que os governantes tenham freqüentemente menos poder e prestígio do que a enumeração literal de seus direitos formais poderia levar alguém a supor.

Riqueza, propriedade e trabalho

Qualquer posição que assegure a seu ocupante o sustento é, por definição, economicamente recompensada. Por isso, existe um aspecto econômico naquelas posições (por exemplo, política e religiosa) cuja principal função não é econômica.

Torna-se conveniente para a sociedade, portanto, usar retribuições econômicas desiguais como principal meio de controlar o acesso das pessoas às posições e estimular o desempenho de seus deveres. Por isso, o montante da retribuição econômica se torna um dos principais índices do *status* social.

Deve ser ressaltado, todavia, que uma posição não traz poder e prestígio *porque* proporciona alta renda. Pelo contrário, ela proporciona alta renda porque é funcionalmente importante e o pessoal disponível é, por uma razão ou por outra, escasso. Assim, é superficial e errôneo encetar a alta renda como causa do poder e prestígio de um homem, da mesma forma que é errôneo pensar que a febre é causa da doença de uma pessoa.⁴

4 O papel mais simbólico do que intrínseco dos rendimentos na estratificação social foi resumido por Talcott Parsons em "An Analytical Approach to the Theory of Social Stratification", *American Journal of Sociology*, 45: 841-862, maio de 1940.

A fonte econômica do poder e prestígio não é primariamente a renda, mas a propriedade de bens de capital (incluindo patentes, boa vontade e reputação profissional). Poder-se-ia distingui-la da posse de bens de consumo — antes indicador que causa da posição na escala social. Por outras palavras, a propriedade de bens de produção na realidade é uma fonte de renda como as outras posições, permanecendo a renda em si mesma como um simples índice. Mesmo em situações onde os valores sociais são muito comercializados e os lucros são o melhor método de julgar a posição social, a renda induz as pessoas a competir por ela, mais do que lhes confere prestígio. É verdade que um homem que possui alta renda como resultado de uma posição pode perceber que esse dinheiro também é útil para atingir uma posição melhor, mas isso reflete novamente o efeito de seu *status* inicial, economicamente vantajoso, que exerce influência por intermédio do dinheiro.

Num sistema de propriedade privada no empreendimento produtivo, uma renda acima do que o indivíduo gasta pode dar lugar à posse de riqueza de capital. Presumivelmente, ela é uma recompensa pela gestão apropriada de suas finanças e posteriormente de um empreendimento produtivo. Mas como a diferenciação social se torna muito desenvolvida, e persiste a instituição da herança, emerge o fenômeno da propriedade pura, e sua recompensa. Neste caso é difícil provar que a posição é funcionalmente importante ou que a escassez envolvida não é apenas extrínseca e acidental. É sem dúvida por isso que a instituição da propriedade privada dos bens de produção se torna objeto de críticas, na medida em que o desenvolvimento social avança no sentido da industrialização. Não obstante, só a propriedade pura — isto é, estritamente legal e sem função — está aberta ao ataque; porque alguma forma de posse ativa, privada ou pública, é indispensável.

Um tipo de propriedade de bens de produção consiste em direitos sobre o trabalho dos outros. De tais direitos, os mais extremamente concentrados e exclusivos são encontrados na escravidão, mas o princípio essencial permanece na servidão, peonagem, vassalagem e contratos de aprendizagem. É claro que essa espécie de posse tem a maior significação para a estratificação, porque determina um relacionamento desigual.

Mas é inevitável que a propriedade dos bens de capital introduza um elemento compulsório mesmo na relação contratual nominalmente livre. De fato, sob alguns aspectos a autoridade do empregador contratual é maior que a do senhor feudal, visto que este é mais limitado pelas reciprocidades tradicionais. Mesmo a Economia clássica reconheceu que os competidores gozariam de condições desiguais, mas não levou este fato até a conclusão necessária de que, como quer que seja adquirido, um controle desigual de bens e serviços deve dar uma vantagem desigual às partes de um contrato.

Conhecimento técnico

A função de encontrar meios para objetivos singulares, sem nenhuma relação com a escolha entre estes, é a esfera exclusivamente técnica. A explicação do motivo pelo qual posições que exigem alta qualificação técnica recebem recompensas bastante elevadas é fácil de ver, pois se trata do mais simples caso de distribuição de recompensas para atrair o talento e motivar o treinamento. A razão por que raramente ou nunca recebem as mais altas recompensas é também clara: a importância do conhecimento técnico do ponto de vista social nunca é tão grande quanto a da integração dos objetivos, que tem lugar nos níveis religioso, político e econômico.

Não obstante, a distinção entre o técnico e o leigo é básica em qualquer ordem social e não pode ser em absoluto

reduzida a outros termos. Tanto métodos de recrutamento quanto recompensas algumas vezes induzem a interpretações errôneas de que as posições técnicas são economicamente determinadas. Na realidade, entretanto, a aquisição de conhecimentos e qualificações não pode ser conseguida por compra, muito embora a oportunidade de aprender possa. O controle das vias de treinamento pode ser inerente, como uma espécie de direito de propriedade, a certas famílias ou classes, dando-lhes em consequência poder e prestígio. Tal situação acrescenta uma escassez artificial à escassez natural de qualificações e talentos. Por outro lado, é possível que apareça uma situação oposta: as recompensas à posição técnica podem ser tão grandes que seja criada uma situação de excesso de oferta, levando afinal a uma desvalorização das recompensas. Assim, o "desemprego nas profissões de nível superior" pode resultar de uma queda no prestígio das mesmas. Tais ajustamentos e reajustamentos estão constantemente ocorrendo nas sociedades em mudança; e é sempre bom ter em mente que a eficiência da estrutura estratificada pode ser afetada pelos modos de recrutamento para as posições. A própria ordem social, todavia, coloca limites para a inflação ou deflação do prestígio dos técnicos: um excesso de oferta tende a diminuir as recompensas e desencorajar o recrutamento ou produzir revolução, enquanto uma escassez de oferta tende a incrementar as recompensas ou enfraquecer a sociedade na competição com outras.

Sistemas particulares de estratificação apresentam extensa gama de possibilidades com relação à posição exata das pessoas tecnicamente competentes, que se mostra talvez mais evidente no grau de especialização. Uma extrema divisão do trabalho tende a criar muitos especialistas sem alto prestígio, desde que o treinamento seja curto e a capacidade inata exigida relativamente pequena. Por outro lado, tende também a acentuar a alta posição dos verdadeiros técnicos — cientistas, engenheiros e administradores — incrementando sua

autoridade relativa sobre outras posições funcionalmente importantes. Mas a idéia de uma ordem social tecnocrática ou um governo ou sacerdócio dos engenheiros ou cientistas sociais negligencia as limitações de conhecimentos e qualificações como base para o desempenho de funções sociais. Na medida em que a estrutura social é verdadeiramente especializada, o prestígio do técnico deve ser também circunscrito.

VARIAÇÃO EM SISTEMAS ESTRATIFICADOS

Os princípios gerais de estratificação aqui sugeridos formam uma preliminar necessária para a consideração dos tipos de sistemas estratificados, porquanto é em termos desses princípios que eles devem ser descritos. Isso pode ser visto pela tentativa de delinear tipos de acordo com certos modos de variação. Por exemplo, alguns dos modos mais importantes (com seus tipos polares) poderiam ser os seguintes:

a) *O grau de especialização.* O grau de especialização afeta a sutileza e multiplicidade das graduações no poder e prestígio. Influencia também a extensão na qual funções particulares podem ser enfatizadas no sistema, desde que uma dada função não pode receber muita ênfase na hierarquia até que tenha conseguido separação estrutural das outras funções. Por fim, o nível de especialização influencia os fundamentos da seleção. Tipos polares: *especializado, não-especializado.*

b) *A natureza da ênfase funcional.* Em geral, quando a ênfase é colocada em assuntos sagrados, introduz-se uma rigidez que tende a limitar a especialização e portanto o desenvolvimento da tecnologia. Além disso, a mobilidade social e o desenvolvimento da burocracia são freados. Quando a preocupação com o sagrado é retirada, deixando maior horizonte para preocupações puramente seculares, parece ter lugar grande desenvolvimento e elevação no *status* das posi-

ções econômicas e tecnológicas. Curiosamente, não é provável uma concomitante elevação da posição política, porque está via de regra associada à religiosa e tende a ganhar pouco pelo declínio desta. É possível também para uma sociedade enfatizar as funções da família — como em sociedades relativamente não-diferenciadas, onde a alta mortalidade exige alta fertilidade e o parentesco é a principal base da organização social. Principais tipos: *familístico*, *autoritário* (*teocrático* ou *sagrado* e *totalitário* ou *secular*), *capitalista*.

c) *A magnitude das diferenças*. O que pode ser chamado de extensão da distância social entre as posições, considerando toda a escala, é algo que deveria prestar-se à mensuração quantitativa. Nesse aspecto, parece existir consideráveis diferenças entre sociedades diversas, bem como entre partes da mesma sociedade. Tipos polares: *igualitário*, *não-igualitário*.

d) *O grau de oportunidade*. A conhecida questão do volume de mobilidade é diversa da colocada acima, sobre a igualdade ou desigualdade comparativa das recompensas, porque os dois critérios podem variar independentemente até certo ponto. Por exemplo, as tremendas divergências de renda monetária nos Estados Unidos são maiores do que as existentes nas sociedades primitivas, muito embora a semelhança de oportunidade para mover-se de um lugar para outro na escala social possa ser também maior nos Estados Unidos do que num reino tribal hereditário. Tipos polares: *móvel* (*aberta*) e *imóvel* (*fechada*).

e) *O grau de solidariedade de estrato*. Do mesmo modo, o grau de "solidariedade de classe" (ou a presença de organizações específicas para promover os interesses de classe) pode variar em alguma extensão, independentemente dos outros critérios, e é também um importante princípio para classificar sistemas de estratificação. Tipos polares: *de classe organizada*, *de classe não-organizada*.

CONDIÇÕES EXTERNAS

O estado em que se encontra qualquer sistema particular de estratificação, com referência a cada um desses modos de variação, depende de duas coisas: 1) seu estado em relação às outras possibilidades de variação e 2) as condições externas ao sistema de estratificação, que não obstante o influenciam. Dentre estas, encontram-se as seguintes:

a) *O estágio de desenvolvimento cultural*. Na medida em que a herança cultural cresce, torna-se necessário um acréscimo de especialização, que por seu turno contribui para o incremento da mobilidade, declínio da solidariedade do estrato e mudança de ênfase funcional.

b) *Situação com respeito às outras sociedades*. A presença ou ausência de conflito aberto com outras sociedades, de relações de livre comércio ou difusão cultural, tudo influencia a estrutura de classe até certo ponto. Um estado crônico de guerra tende a enfatizar as funções militares, em especial quando os oponentes são mais ou menos iguais. O livre comércio, por outro lado, fortalece o comerciante, a expensas do militar e do sacerdote. Um movimento livre de idéias, via de regra, tem efeito igualitário. A migração e a conquista criam circunstâncias especiais.

c) *Tamanho da sociedade*. Uma pequena sociedade limita o grau no qual a especialização funcional pode aparecer, o grau de segregação dos diferentes estratos e a magnitude da desigualdade.

TIPOS COMPOSTOS

Boa parte da literatura sobre estratificação tem procurado classificar sistemas concretos em certo número de tipos. Essa tarefa é enganosamente simples, entretanto, e deveria aparecer no final de uma análise dos elementos e princípios,

ao invés de no comêço. Se a discussão precedente tem alguma validade, indica que há um grande número de modos de variação entre diferentes sistemas e que qualquer um é com-posto pela situação da sociedade com referência a todos esses modos de variação. O perigo de tentar classificar sociedades inteiras segundo rubricas como *de casta*, *feudal* ou *de classe aberta*, é que se selecionam um ou dois critérios e se ignoram outros, tornando o resultado uma solução insatisfatória para o problema colocado. O presente trabalho foi apresentado como possível abordagem para uma classificação mais sistemática dos tipos compostos.

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E ESTRUTURA DE CLASSES*

(*Um Ensaio de Interpretação*)

RODOLFO STAVENHAGEN

*Tradução de Maria da Glória Ribeiro da Silva e
Moacir Gracindo Soares Palmeira*

O TEMA QUE ÊSTE ensaio anuncia é um dos mais discutidos da literatura sociológica, e as presentes linhas não pretendem ser mais do que uma contribuição à discussão. Na Sociologia clássica, o tema das classes, como elemento da estrutura social, ocupava um lugar de importância. Como se sabe, foram Marx e Engels e a escola marxista os que deram ao conceito de classe seu fundamento científico e o integraram como parte primordial de seu sistema sociológico e econômico. Sem dúvida, na Sociologia das últimas décadas, o conceito se diluiu e perdeu seu significado original. Sobre-tudo na Sociologia norte-americana, e, por extensão, na Sociologia latino-americana, o conceito de classe social se identi-

* Extraído de "Estratificación social y estructura de clases" (un ensayo de interpretación), em *Ciencias Políticas y Sociales*, Revista de La Escuela Nacional de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, año VIII, n° 27, Enero-Marzo de 1962, pp. 73-102.

cou com o de estratificação social e chegou-se a uma completa confusão dos fenômenos.¹ Por outro lado, para alguns sociólogos, o fenômeno das classes sociais não é essencialmente um fenômeno de estratificação; e mais ainda, segundo alguns deles, nada teria a ver com a estratificação. É, com efeito, difícil de compreender, à primeira vista, o que, por um lado, podem ter em comum as classes consideradas como forças políticas e que intervêm nas lutas sociais e econômicas da sociedade — tal como são apresentadas nos escritos dos políticos e dos estadistas — e, por outro, os bem acabados esquemas de três, quatro, cinco ou até seis classes que abundam, como uma infinidade de variações, na literatura sociográfica moderna... E não há dúvida de que ambas as interpretações provêm de um fundo comum e estão, na realidade, relacionadas. Neste artigo trataremos de assinalar as tendências gerais dos principais argumentos a respeito e de esclarecer certas confusões. Não pretendemos rever nem analisar detalhadamente as diversas teorias, escolas e definições que abundam neste ponto particular da Sociologia.²

I. A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Aceita-se universalmente que todas as sociedades humanas estejam estratificadas de uma ou de outra maneira. Isso significa que os indivíduos ou os grupos estão dispostos hierarquicamente numa escala. Podemos supor, então, que ou bem essas hierarquias existem realmente nas sociedades, e o comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais o de-

¹ Não se trata só de uma confusão de palavras, o que não teria maior importância — sempre que se desse um significado concreto aos termos empregados — mas de uma confusão, às vezes consciente, de conceitos sociológicos. Com efeito, muitos sociólogos dão "gato por lebre"; pretendem que seu tratamento vago, confuso e eclético do que se passa sob o nome de estratificação corresponda ao verdadeiro sentido do conceito de classe social.

² O que foi feito sistematicamente em outros lugares. Ver, principalmente, Gurvitch, Georges: *El concepto de clases sociales desde Marx a nuestros días*. Ediciones Gálatea, Nueva Visión, Buenos Aires, 1957.

monstra, ou então são apenas construções abstratas do investigador e servem como um instrumento de classificação na pesquisa social. Este é o primeiro problema no estudo da estratificação.³ O segundo problema consiste em determinar quais são os critérios empregados para estabelecer a estratificação, ou melhor, sobre que índices se baseiam as hierarquias. O terceiro problema é saber se são os indivíduos os hierarquizados, segundo certos atributos individuais, ou se a estratificação implica a hierarquização de grupos sociais bem definidos e delimitados. Finalmente, o quarto problema é determinar a relação que existe entre a estratificação e a estrutura da sociedade e principalmente com as mudanças sociais.

a) Segundo Davis e Moore,³ as estratificações são universais e representam a distribuição desigual de direitos e obrigações numa sociedade. A sociedade, segundo os mesmos autores, tem necessidade de situar e motivar os indivíduos na estrutura social, e a base para tal é constituída pelo prestígio diferencial das diversas posições na sociedade e das pessoas que ocupam essas posições. A pergunta que surge de imediato é: quais são as bases do prestígio das posições sociais? É fácil ver as dificuldades para estabelecê-las: pode tratar-se do prestígio que o investigador atribui às posições ou do prestígio que um indivíduo atribui à sua própria posição; do prestígio que um indivíduo atribui à posição de outros, ou ainda do prestígio de uma determinada posição cuja valoração é aceita por toda a sociedade. O panorama da estratificação varia segundo o caminho tomado em cada caso. Por exemplo, a escola sociológica de W. Lloyd Warner, da Universidade de Chicago, que tem estudado a estratificação de diversas comunidades norte-americanas, tem sido criticada, com certa razão, porque não distingue claramente esses aspectos do prestígio como base da estratificação. Warner, em

³ Davis, K., e Moore, W.: "Some Principles of Social Stratification", *American Sociological Review*, vol. 10, n° 2, 1945.

seu já famoso esquema das seis classes sociais, faz valer às vezes sua própria opinião, sobre o prestígio de determinadas posições sociais e, às vezes, a opinião de algum de seus informantes acêta do prestígio de outros membros da comunidade. Também combina esses critérios com certos índices objetivos aos quais voltaremos mais adiante. Outro investigador norte-americano, R. Centers, em seu *The Psychology of Social Classes*, leva em conta somente a opinião que as pessoas têm de sua própria posição na estratificação e chega à conclusão de que a grande maioria dos cidadãos dos Estados Unidos pertence à "classe média". Para o sociólogo norte-americano Talcott Parsons,⁴ a estratificação é resultante das avaliações diferenciais dos objetivos da ação social; isto é, toda estratificação representa uma hierarquia de valores. Ele supõe, ao menos implicitamente, um sistema de valores comum da sociedade.⁵

b) Mas, se se aceita que a estratificação social está baseada em critérios objetivos, reais, e não somente numa concepção subjetiva, então o problema consiste em conhecer esses critérios. Davis e Moore⁶ assinalam a existência de dois fatores que, segundo eles, determinam a colocação, dentro de uma hierarquia, das diferentes posições na sociedade: sua importância para a sociedade, isto é, sua função, e o treinamento ou o talento necessário para ocupá-las. As funções principais, com relação às quais se estabelecem as estratificações, seriam a religião, o governo, a riqueza, a propriedade e o trabalho, e o conhecimento técnico. Em geral, nas investigações empíricas, se tomam como índices para o estabelecimento de sistemas de estratificação os seguintes critérios: o montante de rendimentos, a origem dos rendimentos, a riqueza, a edu-

4 Parsons, T.: "A Revised Analytical Approach to the Theory of Social Stratification", em Bendix, R., e Lipset, S. M.: *Class, Status and Power*, Londres, 1954.

5 Essa é também a suposição de Warner, Centers e outros investigadores, mas não corresponde aos fatos reais. Voltaremos ao tema mais adiante.

6 Op. cit.

cação, o prestígio da ocupação, a área residencial, a raça ou etnia e outros critérios secundários. Na maioria dos estudos sobre estratificação tomam-se esses critérios isoladamente ou em conjunto. Com respeito a cada um deles é possível estabelecer um sistema de colocações, isto é, uma hierarquia ou estratificação. Mas é evidente que uma estratificação social baseada apenas num desses critérios (o rendimento ou a ocupação, por exemplo) não corresponderia à realidade social. Por isso, é cada vez mais comum a elaboração de índices múltiplos, mediante cálculos estatísticos, e se fala em sistemas multiestratificados. T. H. Marshall escreve, a respeito, que na sociedade moderna a estratificação se faz cada vez mais multidimensional, e que o problema está em saber se as hierarquias assim criadas correspondem umas às outras, e qual é essa correspondência.⁷ Essa é uma questão essencial, porque se as hierarquias correspondem umas às outras e aos outros aspectos da estrutura social (por exemplo, ao comportamento político da população), então a estratificação estabelecida pode ser considerada como um traço estrutural da sociedade, mas se as combinações dessas hierarquias não são mais do que elaborações mentais e arbitrárias do investigador, então são válidas as acusações de "subjetivismo" e "nominalismo" que se fazem contra elas, e as estratificações estabelecidas dessa maneira não terão valor para a análise da estrutura social.

Ao considerar os diferentes critérios da estratificação, é necessário distinguir claramente aqueles que são quantitativos, e que podem ser representados por gradações ou curvas (tais como o montante dos rendimentos ou a educação), e os que são qualitativos. Estes, por sua vez, são de dois tipos: os critérios objetivos (tais como a posse ou não-posse de certos bens, o tipo de trabalho desempenhado na sociedade, o

7 Marshall, T. H.: "A General Survey of Changes in Social Stratification in the Twentieth Century", em *Transactions of the Third World Congress of Sociology*, Amsterdã, 1956.

desempenho de funções diretoras ou subalternas, etc.), e os critérios que, ainda que sendo objetivos, estão baseados, sem dúvida, em avaliações subjetivas, tais como o prestígio de certas ocupações, ou a posição dos diferentes grupos raciais ou étnicos (critério importante nas sociedades com problemas de minorias). Um dos problemas principais da estratificação é saber quais os critérios que se tomam em consideração e qual o peso relativo de cada um deles nos esquemas dos diversos investigadores. Se quisermos que a estratificação represente a estrutura social, o problema se reduz a assinalar os critérios essenciais e a estabelecer suas relações precisas com os critérios secundários. Em nossa opinião, a literatura contemporânea sobre estratificação não resolveu esse problema. É por isso, também, que muitos autores reconhecem no estudo da estratificação apenas alguns elementos de uma estrutura de classes.

Outro problema importante, no que diz respeito aos critérios da estratificação, é delimitar o universo social no qual esta ou aquela estratificação é válida. O sistema de estratificação seria aquele que pudesse ser aplicado a toda uma sociedade. Porém, poucos autores têm tentado estabelecer sistemas gerais desse tipo. Os estudos empíricos, geralmente, tomam como universo uma determinada comunidade; mas as comunidades não são representativas da sociedade em geral. De fato, a sociedade como um todo não é realmente uma verdadeira unidade no que se refere à estratificação. Devemos distinguir pelo menos dois setores regionais, com estratificações próprias cada um deles: o setor rural e o urbano. Essa é mais uma razão pela qual as estratificações não são aceitas universalmente como um fenômeno de classes sociais, já que estas devem representar o sistema sócio-econômico de uma sociedade em geral, e não somente um ou outro de seus setores regionais.

c) O terceiro problema é conhecer a unidade da estratificação: o indivíduo ou o grupo social. Este é um dos pro-

blemas fundamentais da estratificação, já que implica estabelecer a diferença entre a descrição taxonômica e a análise estrutural da sociedade. A posição de um indivíduo num sistema de estratificação é considerada como seu *status* social.⁸ Frequentemente, o estudo da estratificação é uma simples busca dos *status* individuais, e fala-se também, muitas vezes, de sistemas de *status* em vez de sistemas de estratificação. O *status* do indivíduo é o resultado de uma série de atributos individuais, baseados nos *determinantes* do "*status*" (isto é, nos critérios de estratificação de que falamos no item anterior). Muitos investigadores, principalmente nos Estados Unidos, encaram o estudo da estratificação somente como uma classificação de indivíduos segundo seu *status*. E quando os critérios são principalmente quantitativos (por exemplo, o montante de rendimentos), então o sistema de estratificação é representado sob a forma de uma escala graduada na qual o investigador pode fazer todas as divisões que queira e estabelecer todas as "classes" que lhe convenha (mas que serão apenas grupos de rendimentos). O estudo dos sistemas de *status* constitui somente um aspecto do estudo da estratificação, e não tem nada a ver com a análise científica das classes sociais, apesar da confusão, às vezes consciente, que certos autores fazem a respeito.

No entanto, num grande número de investigações sobre a estratificação se reconhece não somente uma escala de *status* individuais como também a existência objetiva, hierarquizada, de uma série de categorias sociais mais ou menos homogêneas. Os indivíduos que integram essas categorias possuem em comum certos índices da estratificação, ou indicadores da posição social. Essas categorias ou agrupamentos discretos são

⁸ Davis, K.: "A Conceptual Analysis of Stratification", *American Sociological Review*, vol. 7, nº 3, 1942. Originalmente, o termo *status* não implicava uma estratificação. Ver Linton, R.: *Estudio del Hombre*, FCE, Mexico, 1956, cap. VIII, e a discussão de T. H. Marshall: "A Note on Status", em *Ghurlye Felicitation Volume*, Bombaim, 1954. Alguns autores consideram a família, e não o indivíduo, como a verdadeira unidade da estratificação.

está no nível da análise social e não no nível da análise individual.

chamados *estratos*⁹ ou *camadas*,¹⁰ ou então — e aí reside a causa maior da confusão — *classes*. Geralmente, trata-se apenas de categorias estatísticas (isto é, uma série de pessoas que têm em comum um número determinado de características mensuráveis, ou seja, um *status* comum), ou de agrupamentos de pessoas caracterizadas por uma conduta semelhante, ou por atitudes e opiniões comuns, ou por certo grau de interação e associação mútuas. Em quase toda a literatura sociológica contemporânea, o conceito de classes sociais tem esta significação: agrupamentos discretos, hierarquizados num sistema de estratificação.¹¹ Essa abordagem, que demonstra não somente um desconhecimento do fenômeno classe tal como vamos considerá-lo na segunda parte deste artigo como também do fenômeno *casta*, foi criticada por O. C. Cox¹² e L. Dumont,¹³ entre outros. Cox, na obra citada, propõe o termo “classe social”, para referir-se ao fenômeno da estratificação, e o opõe ao termo “classe política”; no entanto, essa distinção parece não ter encontrado eco em outros autores, tendo sido, por exemplo, criticada por G. Gurvitch.¹⁴

Seja como for, a consideração das classes como simples estratos ou camadas estatísticas hierarquizadas permitiu a elaboração de um número infinito de esquemas bipartites, tripartites e quintupartites, em cujos extremos encontramos sempre as classes chamadas “superiores” e “inferiores” ou “baixas”, como também um grande número de classes ou camadas “médias”. A maioria dos investigadores norte-ame-

9 Davis, K.: *op. cit.*

10 Principalmente na literatura alemã (*Schicht*) e na francesa (*couche*).

11 Davis, K.: *op. cit.*; Kroeber, A. L.: “Caste”, em *Encyclopedia of the Social Sciences*, N. York, 1930; Nadel, S. F.: *Los fundamentos de la antropología social*, FCE, México, 1954; Wiese, L. V.: *Gesellschaftliche Stände und Klassen*, Berna, 1950.

12 Cox, O. C.: *Caste, Class and Race. A Study in Social Dynamics*, 2ª ed., Monthly Review Press, N. York, 1959.

13 Dumont, L.: “Caste, racisme et stratification”, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XXIX, 1960.

14 *Op. cit.*

ricanos encontrou cinco ou seis classes nos Estados Unidos; os mais ortodoxos, e também a maior parte dos sociólogos latino-americanos,¹⁵ contentam-se com o esquema aristotélico de três classes sociais. É interessante notar que um autor norte-americano, W. Goldschmidt, que a princípio reconhece a existência de quatro classes nos Estados Unidos,¹⁶ muda de opinião num artigo posterior,¹⁷ ao afirmar que em seu país não existem classes, mas uma variedade infinita, um *continuum*, de *status* individuais. Esse fato não é surpreendente, já que, quando a “classe” é considerada somente como um fenômeno de estratificação, um número indefinido de possibilidades se apresenta ao investigador, e nenhuma norma definitiva consegue impor-se. No entanto, certos autores insistem na realidade de uma divisão da sociedade em classes sociais estratificadas, e se pôde mostrar recentemente que nos Estados Unidos as fronteiras entre as classes sociais estratificadas ainda existem e funcionam efetivamente.¹⁸

O fato de que um sistema de estratificação possa ser representado por um *continuum* de *status* individuais sem divisões determinadas, ou por uma hierarquia de categorias discretas e delimitadas, depende dos indicadores utilizados. Os critérios quantitativos produzirão um *continuum*, e os critérios qualitativos, uma hierarquia graduada. Uma combinação de quaisquer desses critérios produzirá uma das duas possibilidades, a gosto do investigador. Os estudos sobre a

15 Ver, por exemplo, para não citar mais do que alguns, os trabalhos publicados em *Materiales para el estudio de la clase media en América Latina*. União Panamericana, Washington, 1950; Iturriga, José: *La estructura social y cultural de México*, FCE, México, 1950; Méndez y Nuñez, L.: *Las clases sociales*, UNAM, México, 1947; Monteforte Toledo, M.: *Guatemala, monografía sociológica*, UNAM, México, 1959; Rama, Carlos: *Las clases sociales en el Uruguay*, Montevideo, 1960 (que acrescenta mais duas divisões ao esquema tripartite).

16 Goldschmidt, W.: “Social Class in America: A Critical Review”, *American Anthropologist*, vol. 52, 1950.

17 Goldschmidt, W.: “Social Class and the Dynamics of Status in America”, *American Anthropologist*, vol. 57, 1955.

18 Landecker, Werner: “Class Boundaries”, *American Sociological Review*, vol. 25, nº 6, 1960.

estratificação, no entanto, não têm dado conceitos precisos nem esquemas definitivos a esse respeito.

d) Resta ver quais as relações entre a estratificação e a estrutura social em geral, ou em qualquer de seus aspectos. Max Weber fez a já famosa distinção entre as três dimensões da sociedade: a ordem econômica, representada pela classe; a ordem social, representada pelo *status* ou estado (*Stand*); e a ordem política, representada pelo partido.¹⁹ Cada uma dessas dimensões tem uma estratificação própria: a econômica, representada pelos rendimentos e pelos bens e serviços de que o indivíduo dispõe; a social, representada pelo prestígio e a honra que desfruta, e a política, pelo poder que ostenta. A classe, portanto, baseada na ordem econômica, não seria mais do que um aspecto da estrutura social, aspecto que, segundo T. H. Marshall,²⁰ está perdendo sua importância na sociedade moderna, diante da importância do *status* como elemento primordial da estratificação social. Já vimos que na literatura recente o conceito de classe é sinônimo do de *estrato*, em qualquer tipo de estratificação (e não só nas estratificações econômicas). Por isso, os sociólogos têm distinguido diferentes tipos de classes, segundo o setor específico da estrutura social. W. Goldschmidt²¹ assinala seis tipos de classes: 1) as classes definidas, *v.g.*, as castas; 2) as classes culturais, *i.e.*, as subculturais; 3) as classes econômicas, baseadas nas relações com os meios de produção; 4) as classes políticas, estabelecidas com respeito ao poder dentro da comunidade; 5) as classes que se auto-identificam, segundo seu prestígio, e 6) as classes de participação, segundo as relações que se estabelecem entre seus membros. Os seis sistemas de estratificação não têm todos a mesma relação com a estrutura social. Os dois últimos pertencem nitidamente ao cam-

19 Weber, Max: "Class, Status and Party", em Bendix, R., e Lipset, S. M.: *Class, Status and Power*, *op. cit.*

20 Marshall, T. H.: "A General Survey of Changes in Social Stratification in the Twentieth Century", *op. cit.*

21 Cf. "Social Class in America, A Critical Review", *op. cit.*

po da Psicologia Social. Por outro lado, considerar as subculturas como "classes culturais" (procedimento que é muito frequente nos estudos feitos por antropólogos norte-americanos na América Latina) não acrescenta nada ao conceito de classe nem ao estudo das subculturas. O mesmo pode dizer-se com respeito à identificação das castas com "classes definidas", à qual já nos referimos anteriormente.²² Os únicos tipos que têm a ver com a estrutura social são as classes políticas e as econômicas; mas as classes econômicas, baseadas na relação com os meios de produção, não constituem precisamente uma estratificação, como o veremos adiante.

É difícil ver como os esquemas de estratificação que mostram estados ou classes superiores, médias e baixas, com todas as suas variações, podem ser integrados à estrutura social, se não se tomam em consideração outros fatores. As críticas principais feitas aos estudos da estratificação argumentam que a estratificação não vai além do nível da experiência,²³ que se trata de simples descrições estáticas,²⁴ que conduzem aos estereótipos e não à compreensão das estruturas.²⁵ Marshall afirma que se requer uma análise dinâmica de tensões e ajustes de processos, Lipset e Bendix pedem uma perspectiva histórica para uma análise que compreenda, antes de tudo, o fator de processo e de mudança social. Para que o fenômeno da estratificação adquira esse aspecto di-

22 Até que ponto o conceito de classe chegou a ser um instrumento de fácil emprego decorre do uso pouco preciso que lhe deram alguns autores norte-americanos, sobretudo no estudo das estratificações múltiplas na América Latina, ao confundir "classe", "subcultura", "tipo cultural", "casa", etc. Cf. Beals, R.: "Social Stratification in Latin America", *American Journal of Sociology*, vol. 58, n.º 4, 1953; Wagley, Ch., e Harris, M.: "A Typology of Latin American Subcultures", *American Anthropologist*, vol. 57, n.º 3, 1955; e Wolf, E.: "Types of Latin American Peasantry: A Preliminary Discussion", *American Anthropologist*, vol. 57, n.º 3, 1955.

23 Touraine, A.: "Classe sociale et status socio-économique", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. XI, 1951.

24 Marshall, T. H.: *op. cit.*

25 Lipset, S. M., e Bendix, R.: "Social Status and Social Structure: A Reexamination of Data and Interpretations", *The British Journal of Sociology*, vol. II, 1951.

nâmico e estrutural é necessário que esteja ligado à análise da estrutura de classes sociais, de acordo com o sentido que lhe conferem certos autores, e que veremos na seção II.

Temos, entretanto, que mencionar um aspecto importante de todos os estudos sobre a estratificação, que é alguma vez apresentado como o tratamento "dinâmico" na análise da estratificação. Trata-se dos estudos sobre a mobilidade social, que ocupa um lugar importante nesse campo de investigações. A mobilidade social implica "um movimento *significativo* na posição econômica, social e política de um indivíduo ou de um estrato".²⁶ No entanto, geralmente, o que se estuda é a mobilidade individual, porquanto a mudança na posição dos estratos tem mais a ver com a mobilidade social. Os estudos sobre a mobilidade baseiam-se no fato de que os sistemas de estratificação do mundo moderno não são rígidos e permitem a passagem de um indivíduo de um *status* ou de uma "classe" a outro. A mobilidade social no campo da estratificação é uma mobilidade vertical, que se distingue da mobilidade horizontal e da mobilidade geográfica. Ainda que teoricamente seja a situação total da estratificação a que está implícita no fenômeno da mobilidade, os investigadores tomam geralmente como ponto de partida as mudanças na ocupação do indivíduo. Os estudos sobre mobilidade podem ter por objeto seis tipos distintos de análise: *a)* a descrição da mobilidade vertical total de uma sociedade; *b)* o estudo especial do movimento em direção das posições de elite na sociedade; *c)* os efeitos da mobilidade sobre as atitudes de classe e a consciência de classe, particularmente da classe trabalhadora; *d)* o efeito das atitudes e dos atributos pessoais, ou do sistema de educação, sobre as possibilidades que tem um indivíduo para

²⁶ Miller, S. H.: "The Concept and Measurement of Mobility", em *Transactions of the Third World Congress of Sociology*, Amsterdã, 1956.

efetuar um movimento; *e)* o efeito da mobilidade sobre o indivíduo.²⁷

A proliferação dos estudos sobre a mobilidade, principalmente na Sociologia norte-americana, tem implicações teóricas que é preciso assinalar brevemente:

a) Dois tipos de mobilidade foram assinalados: a oferta de *status* vazios ("o vazio demográfico" das classes superiores), e a troca de colocações (para cada movimento para cima há um movimento para baixo).²⁸ Mas, na prática, os estudos sobre a mobilidade têm por objeto, geralmente, a mobilidade ascendente, e ignoram a mobilidade descendente.²⁹ Isso contribui para uma visão falsa da realidade. Além disso, a teoria demográfica das elites, desenvolvida originalmente por Pareto, não tem nenhuma validade científica.

b) A maioria dos estudos sobre a mobilidade tem uma tendência nitidamente psicológica, ao tratar dos problemas da motivação, das atitudes, da consciência de classe, etc., do indivíduo em mobilidade, e ao ignorar as condições sociais e econômicas próprias do fenômeno da mobilidade. Dêsse modo, contribuem pouco para o estudo das estruturas sociais.

c) Com base nesse tipo de estudos, muitos autores afirmam que os Estados Unidos, por exemplo, são uma sociedade com alto grau de mobilidade. Mas foi mostrado re-

²⁷ Van Heek, F.: "Some Introductory Remarks on Social Mobility and Class Structure", em *Transactions of the Third World Congress of Sociology*, Amsterdã, 1956.

²⁸ Lipset, S. M., e Zetterberg, H. L.: "A Theory of Social Mobility", em *Transactions of the Third World Congress of Sociology*, Amsterdã, 1956.

²⁹ A Sociologia norte-americana está cheia de estudos sobre a "ascensão social" dos indivíduos, graças à educação, às oportunidades econômicas, ao esforço individual, etc. (e, por implicação, graças ao sistema de livre iniciativa nos E. U. A.). A "descensão social" de muitos pequenos empresários independentes ao *status* de operários assalariados e a dos artesãos ao de trabalhadores não-qualificados — característica do desenvolvimento capitalista — foi ignorada sistematicamente. Note-se o que disse Van Heek, citado anteriormente.

centemente que o é muito menos do que se havia pensado, e menos que certas sociedades da Europa ocidental.³⁰ Pre-tende-se, em geral, que a crescente mobilidade da sociedade industrial ocidental desde o século XIX é a causa do desaparecimento dos antagonismos de classe nestas sociedades, e que por isso deixaram de ter validade os "velhos" conceitos de classe (isto é, a teoria marxista).³¹

d) Em geral, não se devem subestimar as implicações políticas dos estudos sobre a mobilidade social.³² Muitos deles têm o propósito de mostrar que a sociedade ocidental é igualitária — todos os indivíduos têm as mesmas oportunidades matemáticas de ascender na escala social — que a "passagem" de uma classe para outra substituiu os "conflitos" entre as classes. Esse aspecto do conceito de mobilidade foi criticado por Boiarski.³³

e) A mobilidade social é um fato importante em todas as sociedades, sobretudo se se estuda em relação com as estruturas do poder e a conduta política, e com as mudanças nas estruturas sociais. Mas não substitui os estudos da estrutura de classes, e não pode ser tomada isoladamente como um índice de determinadas modificações da estrutura de classes, tal como o pretendem certos autores.

II. AS CLASSES SOCIAIS

Já vimos que num sistema de estratificação os estratos recebem comumente o nome de "classes". No entanto, êsse

30 Lipset, S. M., e Zetterberg, H. L.: op. cit.

31 Cf. Marshall, T. H.: op. cit.; Dahrendorf, R.: *Soziale Klassen und Klassenkonflikt in der Industrien Gesellschaft*, Stuttgart, 1957; Janne, H.: "Les classes sociales: l'approche marxiste et la notion sociologique d'Out Group", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XXIX, 1960.

32 Van Heek, F.: op. cit., diz que êstes estudos são e devem ser *policy oriented*.

33 Boiarski, A.: "A propos de la 'mobilité sociale'", em *Études Sociologiques, Recherches Internationales*, n° 17, Paris, 1960.

conceito pouco tem a ver com o que vamos desenvolver nesta seção e que é o resultado de uma concepção estrutural-funcional e dinâmica das classes. Porém, essa concepção, apesar de haver impôsto limites bem definidos ao conceito de classes, e apesar da distinção precisa que faz entre êsse conceito e o da estratificação, não deu todavia uma definição unívoca da classe social. De fato foram formuladas definições formais, mas nenhuma delas logrou incorporar toda a complexidade do fenômeno.³⁴ No entanto, não é necessária, em nossa opinião, uma definição completa e exaustiva para dar ao conceito de classe o conteúdo específico que permita empregá-lo na análise estrutural da sociedade. Mais do que simples definições, é preciso assinalar, em primeiro lugar, o tipo de conceito de que se trata e como êste se integra na teoria sociológica. Isso porque o conceito de classe social só tem valor como parte duma teoria das classes sociais.

A concepção estrutural e dinâmica das classes sociais foi desenvolvida por Marx e Engels, e a literatura recente em que o conceito de classe não foi inteiramente absorvido pelo de estratificação se inspira invariavelmente na concepção marxista.³⁵ Todavia, é bem conhecido que nas obras de Marx não se encontra em parte alguma uma definição exaustiva das classes e que a análise sistemática do tema no último livro de *O Capital* não chegou a ser concluída. Sem dúvida, através das diversas obras de Marx aparecem diferentes interpretações do fenômeno que nem sempre são concordantes.

34 Veja-se, por exemplo, a "definição exaustiva" de Georges Gurwitsch na obra citada, bem como a que oferece Pitirim Sorokin em "What is a Social Class?" em Bendix, R., e Lipset, S. M.: *Class, Status and Power*, op. cit., e que não difere muito da anterior. Essas definições não esclarecem, lamentavelmente, alguns dos problemas principais com que se tem debrutado a maioria dos sociólogos: por exemplo, as relações entre as classes, sua função na sociedade, sua evolução dinâmica e, principalmente, os fatores que distinguem as classes umas das outras.

35 No entanto, nem todos os autores que adotaram o conceito de classes sociais do marxismo aceitaram a teoria de classes por êle desenvolvida. Ao contrário, são numerosos os que procuram negar a teoria marxista das classes, e não faltam os que pretendem "revisá-la", "superá-la" ou "enriquecê-la".

tes, mas que de maneira alguma se contradizem. São, pelo contrário, exemplos da aplicação do método dialético aos fenômenos sociais em diferentes tipos de análise e da maturação do conceito na própria mente do autor. Os três aspectos do conceito são o filosófico, o econômico e o histórico.³⁶ Entretanto, em todos eles destaca-se a abordagem que podemos chamar de estrutural-funcional e dinâmica.³⁷ Essa abordagem implica uma série de problemas que analisaremos a seguir.

a) Se os estratos, como vimos ("camadas" ou "classes", no sentido de uma estratificação), constituem categorias descritivas e estáticas, as classes sociais, segundo a concepção que pretendemos apresentar aqui, constituem categorias analíticas. Quer dizer, fazem parte da estrutura social com a qual mantêm relações específicas; seu estudo conduz ao conhecimento das forças motrizes da sociedade e dos dinâmismos sociais; permitem passar da descrição à explicação no estudo das sociedades. Como já mencionamos, o conceito de classe só adquire valor analítico como parte duma teoria de classes. Mas, além de ser um conceito analítico, a classe social é um fenômeno real, o que lhe dá justamente seu valor como conceito analítico.

36 Que essencialmente se encontram, respectivamente, nas obras de juventude de Marx (até *O Manifesto Comunista*), em *O Capital*, e nas obras históricas (*As Lutas de Classes na França*, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, *A Guerra Civil na França*).

37 Há numerosas exposições da concepção marxista das classes, nem todas com o mesmo valor ou escritas com a mesma compreensão do conceito. Para citar apenas algumas das mais recentes: Dahrendorf, R.: *Soziale Klassen und Klassenkonflikt in der Industrielten Gesellschaft*, Stuttgart, 1957, cap. I; Gurvitch, G.: *El concepto de clases sociales de Marx a nuestros días*, Buenos Aires, 1957, 1ª parte; Bendix, R., e Lipset, S. M.: "Karl Marx, Theory of Social Classes", em Bendix, R., e Lipset, S. M.: *Class, Status and Power*, Londres, 1954; Duchac, R.: "Bourgeoisie et prolétariat à travers l'oeuvre de Marx", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XXX, 1961; Grolier, E. de: "Classes et rapports de classes dans les premières oeuvres de Karl Marx", e "Class et rapports de classes dans la théorie marxiste (de 1859 a 1965)", em *Cahiers Internationaux*, vol. 6, ns. 55 e 60, 1954; Ossowski, S.: "Les différents aspects de la classe sociale chez Marx", em *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XXVII, 1958.

b) A classe social é também, e antes de tudo, uma categoria histórica. Isso significa que as classes estão ligadas à evolução e ao desenvolvimento da sociedade; encontram-se no interior das estruturas sociais constituídas historicamente. As diferentes classes existem em formações sócio-históricas específicas; cada época tem suas classes sociais particulares que a caracterizam. É por isso que faz pouco sentido falar, como o fazem os sociólogos da escola da estratificação, de classes altas, médias e baixas em todas as sociedades em todos os tempos. As classes têm um conteúdo específico e concreto, de acordo com o momento histórico a que se referem.

As classes não são imutáveis no tempo: formam-se, desenvolvem-se, modificam-se, na medida em que se vai transformando a sociedade. Representam as contradições principais da sociedade; são o resultado dessas contradições e, por sua vez, contribuem para o desenvolvimento das mesmas. Entre as classes e a sociedade e entre elas mesmas existe um movimento dialético e constante, cujas particularidades em cada caso só poderão ser descritas pelas investigações empíricas. As classes atuam como forças motrizes na transformação das estruturas sociais; constituem parte integrante da dinâmica da sociedade, e são movidas, ao mesmo tempo, por sua própria dinâmica interna. As classes surgem de determinadas condições estruturais da sociedade e constituem elementos estruturais da mesma.

c) O problema que mais tem dividido as diversas correntes sociológicas é o do critério ou critérios que servem para distinguir as classes, o das bases sobre as quais se constituem as classes sociais. Desde que Max Weber distinguiu as dimensões econômica, política e social da sociedade, certos autores só reconhecem no conceito de classe uma base econômica, e é esta geralmente a posição que se atribui ao marxismo.³⁸ Para alguns autores, as semelhanças culturais,

38 Weber, Max: *op. cit.* Deve-se assinalar, não obstante, que a concepção que Weber tinha da ordem econômica não corresponde à de Marx.

mentais, morais e de conduta dos membros duma classe social são devidas à base objetiva das posições ocupacionais, econômicas e legais semelhantes de seus membros;³⁹ para outros, desejosos de eliminar toda implicação econômica do conceito de classe, a base política, tomada em seu sentido amplo de relações de poder e dominação, é a que se deve levar em conta.⁴⁰ Entretanto, como já assinalou T. H. Marshall, para Marx "a classe era um princípio único e dominante... e quando um sistema social se estabelece, as três dimensões convergem e as hierarquias econômica, política e cultural se identificam".⁴¹

A posição marxista não deixa dúvida a respeito. Não é a ocupação, nem o montante dos rendimentos, nem o estilo de vida, que constitui o principal critério para a constituição de uma classe social, embora todos constituam critérios secundários que vigoram em casos particulares. Esses aspectos, assim como o poder ou o domínio político (que possui todavia um determinismo próprio), não são mais do que fatores dependentes que expressam ou refletem em maior ou menor grau um critério fundamental. Isso foi exposto da maneira mais clara por Lênin: "Chamaram-se classes grandes grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social, por sua relação (na maioria das vezes fixada e consagrada pela lei) com os meios de produção, por seu papel na organização social do trabalho e, consequentemente, pelos meios que têm para obter a parte da riqueza social de que dispõem e o tamanho desta. As classes são grupos de homens, dos quais um pode apropriar-se do trabalho de outro, em virtude da posição diferente que ocupam num regime determinado da economia social".⁴² Essa definição não

39 Cf. Sorokin, P.: *op. cit.*

40 Dahrendorf, R.: *op. cit.*

41 Marshall, T. H.: *op. cit.*

42 Lênin, V. I.: "La gran iniciativa", em *Obras escogidas*, vol. II, Moscú, Ediciones en lenguas extranjeras.

abarca todas as implicações nem todos os aspectos do conceito de classe social na literatura marxista, e não deve ser considerada como uma definição exaustiva. No entanto, mostra qual é, para o marxismo, a base econômica da constituição das classes sociais, o critério fundamental para sua integração; a relação com os meios de produção. Não se trata de um critério arbitrário, escolhido ao bel-prazer do autor (como sucede com os critérios da estratificação), mas de uma consequência lógica da análise estrutural da sociedade. Se as relações dos homens com os meios de produção determinam a existência desses agrupamentos humanos que chamamos classes, é porque as forças de produção, por um lado, e as relações de produção, por outro, dão a cada estrutura sócio-econômica, a cada etapa histórica, seu conteúdo e sua forma, sua fisionomia própria.⁴³ O modo de produção de uma sociedade determinada, que é o que distingue uma estrutura sócio-econômica de outra, impõe a determinados grupos humanos suas características específicas e o tipo de relações que mantêm com outros grupos da mesma índole.⁴⁴ Esses grupos são as classes e essas relações são as relações de classe. Só quando se toma a relação com os meios de produção como o critério fundamental para a determinação das classes sociais é que é possível ligar estas com a estrutura social e chegar à análise estrutural da sociedade e à explicação sociológica e histórica. Os autores que tomam outros critérios, isolados ou combinados, e que ignoram esse critério fundamental, falam certamente de "classes", mas não conseguem estabelecer um conceito analítico que sirva para a análise estrutural e para a explicação histórica. É por isso que os já mencionados esquemas de "classes" altas, médias

43 Referimo-nos aos grandes tipos históricos de estruturas sócio-econômicas como o escravismo, o feudalismo e o capitalismo. O mesmo sucede também nas estruturas sócio-econômicas específicas, condicionadas por fatores culturais, históricos e geográficos particulares.

44 Lembramos que o modo de produção duma sociedade está constituído pelas forças de produção e pelas relações de produção.

e baixas não têm conteúdo sociológico específico nem mantêm relação alguma com estruturas sócio-econômicas históricas e concretas.⁴⁵

Como se depreende da definição de Lênin, não se trata apenas, para o marxismo, de classificar tal ou qual indivíduo, de identificar tal ou qual pessoa concreta com esta ou aquela classe social. Tampouco se trata somente de distinguir, por exemplo, entre os que possuem os meios de produção e os que não os possuem, entre os que trabalham e os que não trabalham, etc. Essas distinções, que são geralmente aceitas por outros autores, não constituem mais do que uma parte da concepção geral de classe social. O que importa é que essas distinções, e outras, ocorrem dentro dum sistema sócio-econômico determinado no qual se estabelecem determinadas relações entre as diferentes classes sociais.

d) Um dos aspectos fundamentais do conceito de classes é que estas não existem isoladas, mas somente como parte de um *sistema* de classes. As classes só existem em relação umas com as outras. O que define e distingue as classes sociais são as relações específicas que se estabelecem entre elas. Uma classe social só pode existir em função de outra. As relações entre as diferentes classes podem ser de vários tipos, destacando-se entre elas aquelas que podem ser consideradas fundamentais ou estruturais. Estão determinadas pelos interesses objetivos que têm as classes como resultado das posições específicas que ocupam no processo produtivo, como resultado da situação específica de cada uma delas com respeito aos meios de produção. Essas posições diferenciais, que permitem, segundo a formulação

45 Uma afirmação típica dessa tendência seria por exemplo: "No México, durante o porfiriato, a classe alta era pequena, porém rica e poderosa, e a classe baixa, que constituía a maioria, vivia na miséria. Não havia então classe média. Atualmente, graças à Revolução, as classes médias estão crescendo, a classe baixa continua numerosa e a classe alta já não tem o poder que possuía antes". Este tipo de "análise" é muito comum, mas é claro que não vai muito além do que iria qualquer visitante superficial ao observar nosso país.

de Lênin, que uma classe social se aproprie do trabalho de outra, determinam que os interesses objetivos das classes não apenas sejam distintos, mas contrários e opostos. Portanto, as relações fundamentais que se estabelecem entre as classes são relações de *oposição*. Dizemos que são fundamentais, porque essas relações de oposição são as que contribuem para a transformação das estruturas sociais. As relações de oposição entre as classes sociais são assimétricas: não se verificam num plano de igualdade. As posições diferenciais que as classes ocupam na estrutura sócio-econômica permitem que algumas tenham maior riqueza, maior poder econômico, maior domínio político que outras, e este poder e domínio é exercido em detrimento dos interesses das classes que dele carecem. Consequentemente, as classes em oposição são *clases dominantes* e *clases dominadas*; e as relações de oposição são relações de *dominação-subordinação*. Mas essas relações constituem apenas um aspecto da oposição. As classes opostas, dominantes e dominadas, não só constituem dois fenômenos sociais distintos, mas também duas facetas do mesmo fenômeno social total. No seio de uma estrutura sócio-econômica determinada, as classes sociais em oposição são ao mesmo tempo classes complementares, porque constituem parte integrante do funcionamento do sistema, e *clases antagonicas*, porque representam as *contradições internas* fundamentais do sistema e porque são as forças que levam à transformação radical deste. A base do antagonismo, da *contradição*, está, repetimos, na posição diferencial das classes, com respeito aos meios de produção, o que permite que a *mais-valia* produzida por uma delas seja apropriada pela outra. Em outras palavras, as classes em oposição são *clases exploradoras* e *clases exploradas*, e suas relações constituem relações de *exploração*. Temos, pois, que as classes são *complementares*, *opostas* e *antagônicas*, e que suas relações podem ser descritas, com referência à estrutura sócio-econômica total, com os termos *função*, *oposição* e *contra-*

dição, o que conduz inevitavelmente à transformação de todos os seus elementos constituintes e da estrutura como um todo.⁴⁶ Essa essência dialética da concepção marxista é frequentemente esquecida por certos sociólogos, mesmo por aqueles que recorrem em parte a ela.

e) As oposições entre as classes não são apenas acêmicas; manifestam-se em todos os níveis da ação social, nos conflitos e nas lutas de classes, sobretudo no campo político e econômico. As classes, portanto, não apenas constituem elementos estruturais da sociedade, como também, acima de tudo, agrupamentos de interesses político-econômicos particulares,⁴⁷ os quais, em circunstâncias históricas específicas, adquirem consciência de si mesmos e desses interesses, e tendem a organizar-se para a ação política com o objetivo de

46 Assim, o sistema capitalista de produção possui duas classes fundamentais que o caracterizam: a burguesia e o proletariado. Essas classes são complementares, na medida em que a burguesia necessita do proletariado para existir como classe, e o proletariado só constitui uma classe em função da burguesia. Estão em oposição assimétrica porque os interesses econômicos, sociais e políticos de cada uma delas são diferentes. Mas além disso constituem duas forças contraditórias — e portanto são classes antagonicas — porque o proletariado nasce no sistema capitalista e leva, por sua vez, à transformação desse sistema.

47 Sendo o propósito destas páginas contribuir para o esclarecimento do conceito de classes (e não o de impor definições), descuidamos um pouco do rigor terminológico, pois na literatura sociológica não há acórdão sobre o uso de certos conceitos. Na literatura marxista clássica, as classes são consideradas, de um ponto de vista formal, simplesmente como "grandes grupos humanos". A literatura sociológica recente tem feito distinções terminológicas mais refinadas. Sorokin diz que se trata de "quase-grupos", Gurvitch as define como "agrupamentos de fato". Cox as considera como "grupos de poder". Dahrendorf afirma que são "grupos de interesses", etc. Enquanto não haja consenso sobre o uso desses termos, acreditamos que o mais conveniente seja ver claro o conceito e deixar o rigor terminológico para depois. Diremos apenas que a classe constitui um tipo de agrupamento que se deve distinguir, por um lado, dos grupos organizados (como partidos, clubes, etc.) e das instituições, e por outro dos agrupamentos não-organizados ou agregações (como as massas, os públicos, etc.) e das meras categorias estatísticas (como os estratos ocupacionais ou os "grupos de renda"). Para alguns ensaios de classificação formal dos grupos sociais, ver, por exemplo: Gurvitch, G.: *La vocación actual de la sociología*, FCE, México, 1953, e Mendieta y Núñez, L.: *Teoría de los agrupamientos sociales*, UNAM, México.

conquistar o poder do Estado. A consciência de classe é o elo que permite a passagem da classe "em si", agrupamento com interesses objetivos "latentes", à classe "para si", grupo de poder que tende a organizar-se para o conflito ou luta política, e cujos interesses tornaram-se, portanto, "manifestos".⁴⁸ Mas a consciência de classe não surge automaticamente da "situação de classe", nem todo agrupamento organizado para o conflito político tem por base a classe social. As relações específicas entre a posição duma classe num determinado regime da economia social e sua ação política consciente — cujo propósito pode ser a transformação radical das estruturas sociais ou a manutenção das estruturas existentes — varia segundo as circunstâncias históricas particulares e têm que ser, em cada caso, objeto de investigações empíricas concretas. Há, pois, duas fases consecutivas no desenvolvimento das classes. Na primeira, a classe constitui somente uma classe com respeito a outra devido à sua posição na organização sócio-econômica e às relações específicas que resultam dessa posição. Na segunda fase, a classe já tomou consciência de si mesma, de seus interesses e de sua "missão" histórica, e se constitui como uma classe "no verdadeiro sentido da palavra", como um grupo de ação política potencial, que intervém como tal nas lutas sociais e nos conflitos econômico-políticos, e que contribui como tal para as mudanças sociais e para o desenvolvimento da sociedade. Embora as duas fases sejam consecutivas do ponto de vista histórico, já que as condições sociais da existência dos homens determinam a sua consciência, a passagem de uma a outra depende de múltiplos fatores históricos concre-

48 A tomada de consciência de classe e a transformação da "classe em si" em "classe para si" constituem dos mais delicados problemas da teoria das classes. Nas obras de Marx o tema é tratado nas análises históricas de casos concretos, mas não de forma teórica geral. A noção dos interesses "latentes" e "manifestos" das classes foi desenvolvida por Dahrendorf (obra já citada), que se baseia na teoria da ação e dos "papeis" de Parsons.

tos. Em todo caso, na medida do possível, é preciso termos sempre presente no conceito de classes sociais a distinção entre essas duas fases ou aspectos de seu desenvolvimento.

f) As lutas e os conflitos entre as classes são a expressão das contradições internas de sistemas sócio-econômicos determinados. A contradição principal, que constitui o motor fundamental das lutas de classes, é a contradição entre as forças de produção e as relações de produção. Existem também outras contradições na sociedade, mas esta é a causa dos principais antagonismos entre as classes opostas. A classe dominante, que detém o poder e os meios de produção, representa as relações de produção estabelecidas na sociedade, e a classe dominada, cujo trabalho é apropriado pela outra, as novas forças de produção que mais cedo ou mais tarde entram em contradição com esse sistema de relações. É assim que Marx e Engels puderam dizer que a História da humanidade tem sido a História das lutas de classes. Isso porque as transformações estruturais da sociedade implicam a eliminação de relações de produção que já não correspondem às forças de produção em desenvolvimento e em sua substituição por outras — o que significa a substituição no poder duma classe por outra. Uma classe em ascensão, em desenvolvimento, é aquela que corresponde às forças de produção em desenvolvimento; a mesma classe, depois da conquista do poder político, se estabelece em um novo sistema de relações de produção, criado por ela, e entra em contradição com as novas forças de produção, liberadas por sua própria tomada do poder. Essa tem sido a história das classes até a nossa época; é o processo dialético da evolução e desenvolvimento da sociedade e das classes em oposição. Esse processo, que pode ser tomado como um modelo, é matizado e modificado em cada caso particular, em cada etapa histórica, por outros fatores políticos e sociais. É desse modo que uma classe determinada sempre está ligada a uma estrutura sócio-econômica determinada, e toda mudança es-

trutural da sociedade é acompanhada por transformações no caráter da mesma.

As relações que existem numa época determinada entre as classes da sociedade se refletem na estrutura do poder e no Estado. Se bem que o Estado represente, geralmente, os interesses da classe dominante, ele pode na prática, muitas vezes, expressar um compromisso entre diferentes classes e frações de classes. Mas enquanto existirem contradições entre as forças de produção e as relações de produção na sociedade, ou seja, entre as classes sociais, a luta política das classes terá sempre por objetivo o controle do poder do Estado.

Segundo as circunstâncias históricas, a luta pelo poder do Estado será uma luta revolucionária. As revoluções sociais, em sua qualidade de transformações radicais das estruturas sócio-econômicas, implicam a substituição no poder duma classe por outra. Mas nem todas as substituições desse tipo implicam revoluções sociais. Aqui, também, as circunstâncias concretas e os fatores secundários à luta de classes propriamente dita podem intervir no sentido de modificar o curso do desenvolvimento social. De qualquer maneira, as revoluções e as lutas de classes constituem dois aspectos do mesmo fenômeno.

g) Para alguns autores, como Gurvitch e Sorokin, as classes são fenômenos recentes na história, cuja origem coincide com o início da Revolução Industrial no século XVIII. Anteriormente, eram os *estados* e as *ordens*, características da época feudal, que expressavam a estrutura social do mundo ocidental. É bem conhecido que para a escola marxista as classes constituem um fenômeno quase universal, característico de qualquer sociedade baseada na exploração duma parte da população por outra, ou seja, tanto do escravismo, como do feudalismo e do capitalismo. O sistema feudal dos estados e das ordens não constitui, pois, para o marxismo, mais do que um caso particular, historicamente limitado, da

divisão geral da sociedade em classes sociais. Essas duas interpretações diferentes do fenômeno das classes estão ligadas à teoria das classes. Com base na interpretação mencionada, o marxismo prevê a abolição de todas as classes e a liquidação da exploração de uma classe por outra como resultado da revolução proletária. A outra interpretação, cujos expoentes são Gurwitsch, Sorokin e outros autores, não considera a sociedade de classes como o fato central de um sistema determinado de exploração econômica, mas antes como resultado de uma divisão funcional do trabalho, como um caso particular de organização social associado ao industrialismo. Não pode, pois, prever a abolição das classes enquanto existir o "industrialismo". A falácia dessa posição salta aos olhos. O industrialismo é um tipo de produção material, não um tipo de estrutura sócio-econômica. É o resultado do progresso técnico da humanidade, não das relações específicas que se estabelecem entre os homens tendo por base determinadas forças de produção. Se bem que a produção industrial só possa existir quando se apresentem certas formas de organização sócio-econômica, é certo também que ela constitui apenas um dos elementos desta. As classes sociais não são a expressão do tipo de produção material dominante na sociedade, mas a expressão das relações de produção dominantes da sociedade. A produção industrial predomina tanto na sociedade capitalista quanto na socialista, e ninguém pode negar que esses dois tipos de estrutura sócio-econômica sejam radicalmente diferentes.⁴⁹ Os teóricos do "industrialismo" tendem a cair num determinismo tecnológico simplista, que não poucas vezes esconde propósitos políticos bem precisos.⁵⁰

49 Do mesmo modo que a produção agrícola predomina em sistemas de organização sócio-econômica tão diversos como a comunidade clânica primitiva, o feudalismo, a economia de plantação baseada na escravidão, etc.

50 Como aquele de apresentar a divisão em classes sociais como um fenômeno inevitável do mundo moderno e de minimizar as diferenças estruturais entre o sistema capitalista e o socialista, etc.

b) Surge naturalmente o problema de determinar quantas e quais são as classes sociais no sistema capitalista. Nas obras de Marx se encontram, de um lado, a visão dicotômica das classes e, do outro, esquemas em que aparecem múltiplas classes no cenário histórico e social. As diferentes análises não são contraditórias; a primeira abordagem permite a elaboração de modelos teóricos e a segunda análises concretas de situações históricas particulares. Ambas representam procedimentos indispensáveis na ciência social. Segundo o modelo dicotômico,⁵¹ a sociedade está dividida em duas grandes classes antagonônicas (senhores feudais e servos no sistema feudal; burguesia e proletariado no capitalismo). Na medida em que uma sociedade está caracterizada pelo modo de produção predominante, as classes antagonônicas desse modo de produção são as classes *fundamentais* dessa sociedade. Mas, em cada sociedade particular, o modo de produção predominante coexiste com vestígios de modos de produção anteriores, com formas de produção marginais ao sistema dominante, e por isso toda sociedade tem também classes *secundárias*. Não se deve esquecer que a visão dicotômica corresponde a um modelo teórico de um sistema econômico, que não se encontra em parte alguma em seu estado *puro*. Portanto, a divisão da sociedade *exclusivamente* em duas classes antagonônicas representa uma *tendência* histórica e não uma realidade de cada etapa histórica. Mas, além da divisão da sociedade em duas grandes classes em oposição, existem também as parcerias de classes em oposição no quadro de estruturas sócio-econômicas concretas, ainda que não sejam as predominantes. Assim, em alguns países subdesenvolvidos, a produção industrial capitalista, regionalmente limitada, coexiste com um sistema semifeudal de grandes latifúndios.

51 Cf. os artigos de S. Ossowski: "La vision dichotomique de la stratification sociale", em *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XX, 1956; e "Old Notions and New Problems: Interpretation of Social Structure in Modern Society", em *Transactions of the Third World Congress of Sociology*, Amsterdã, 1956.

Ambas as estruturas (ou subestruturas) da sociedade são caracterizadas por relações de produção próprias e, conseqüentemente, por estruturas de classes próprias. No entanto, na medida em que o desenvolvimento econômico desses países é um desenvolvimento capitalista, as classes fundamentais são, ou chegarão a ser, as classes próprias ao sistema capitalista.

A visão dicotômica não se opõe à análise de situações históricas particulares em que atuam diversas classes e frações de classes como forças econômicas e políticas concretas. Não apenas as obras históricas de Marx apresentam muitas análises desse tipo como também as de outros teóricos e práticos do marxismo como Lênin e Mao Tsé-Tung.

Os sociólogos têm dedicado uma atenção particular ao problema das chamadas classes médias. Ademais, na literatura recente tem surgido, especificamente, a preocupação com a suposta classe dos diretores ou *managers*, ou classe tecnoburocrática, como fenômeno novo, próprio do "industrialismo". Examinemos brevemente esses dois problemas.

1. Para os estudiosos da estratificação, que tratam as classes como estratos numa hierarquia, sempre haverá "classes médias", porque em toda estratificação em que existem dois pólos sempre é possível assinalar arbitrariamente setores médios ou intermediários. Mas é evidente que esse procedimento nada tem a ver com a concepção estrutural-funcional e dinâmica das classes sociais. No entanto, resta saber se, segundo essa concepção, existem as classes médias. O emprego do termo no plural mostra-nos que os autores não estão de acordo em reconhecer uma só "classe média" e que preferem um conceito mais vago. Porém, colocar o problema significa tê-lo já em parte resolvido. Se se resolve "classificar" todos os indivíduos de uma sociedade, então é evidente que sempre haverá agrupamentos que não pertencem a nenhuma das parselhas de classes em oposição que assinalamos (burguesia-proletariado, grandes latifundiários-traba-

lhadores agrícolas, etc.). Sem dúvida, é necessário reconhecer que nem todos os indivíduos da sociedade pertencem a uma classe social. Não se trata, na realidade, de determinar qual a "classe" de tal ou qual pessoa, mas de determinar as diversas classes na sociedade como categorias da estrutura social, como forças do desenvolvimento da sociedade. De acordo com nossa concepção, se uma classe está em oposição a outra no seio de um sistema sócio-econômico determinado, então não é uma "classe média", ainda que seus membros ocupem *status* médios ou intermediários com respeito a outros agrupamentos na sociedade. Se uma categoria social não se encontra em oposição estrutural a uma classe, mas ocupa sob todos os pontos de vista uma posição intermediária, então não é uma classe, mas apenas uma fração, uma camada ou simplesmente uma categoria intermediária. Não é pois possível, se se quer ser consequente com essa concepção das classes, falar de "classes médias". Todavia, o termo é de emprego tão difundido, inclusive na literatura marxista, que dele será difícil prescindir. O importante, pois, é saber de que grupo específico se fala em cada caso, e determinar as características específicas deste.

Há quem veja no crescimento espetacular do "setor terciário" da economia durante essas últimas décadas um crescimento das classes médias à custa das duas grandes classes do capitalismo, a burguesia e o proletariado, refutando assim a tese marxista da proletarianização progressiva das grandes massas da população. É verdade que nos países capitalistas o número de empregados aumenta com respeito ao de trabalhadores industriais, mas os marxistas consideram que um contingente importante dos trabalhadores de "colarinho branco" faz parte do proletariado.⁵² Outra parte desse setor terciário representa uma extensão estrutural da

⁵² Ver a "Enquête sobre la estructura de la clase obrera", em *Nouvelle Revue Internationale*, números 5, 10 e 12 de 1960, e 5 e 6 de 1961.

burguesia (ver mais adiante parágrafo 2). Se bem que seja verdade que esse setor terciário compreende o que podemos chamar de camadas médias da sociedade, é importante não confundir-lo simplesmente com as chamadas "classes médias". As camadas ou categorias intermediárias não constituem elementos estruturais independentes da sociedade, são modeladas pelas circunstâncias econômicas concretas e seus membros tendem para uma ou outra das classes em oposição.

Na concepção marxista de classe, as categorias intermediárias podem ocupar posições determinadas. Assim, o cruzamento de diversas divisões dicotômicas pode produzir uma terceira categoria.⁵³ Por exemplo, o cruzamento da divisão dicotômica: proprietários dos meios de produção e não-proprietários dos meios de produção com a divisão dicotômica: os que empregam sua própria força de trabalho e os que empregam a força de trabalho de outros, dá como resultado uma terceira categoria: os que possuem os meios de produção, mas não empregam mão-de-obra alheia (por exemplo, os artesãos e camponeses minifundiários ou parvifundiários). Nas obras de Marx, essas categorias recebem às vezes o nome de "pequena-burguesia". Em certas situações podem transformar-se em classes sociais, e geralmente intervêm nas oposições de classes existentes, com a consequente modificação de suas características, segundo as circunstâncias particulares. É preciso assinalar que em Marx o conceito de classe média se referia originalmente à burguesia em formação, verdadeira "camada média" no sistema feudal em que se desenvolveu. Mas a burguesia deixou de ser, há muito tempo, uma classe média, embora suas camadas inferiores ocupem posições intermediárias em diversas estratificações. Por outro lado, o conceito de classes médias na atualidade já não corresponde a esse conceito original de Marx.

53 Ver Ossowski, S.: "La vision dichotomique de la stratification sociale", op. cit.

2. A chamada tecnocracia, ou classe tecnoburocrática, é incluída às vezes no termo mais genérico de "classes médias". No entanto, sendo essa "classe" característica de toda sociedade industrial, pretende-se, antes de mais nada, que tenha vindo substituir os capitalistas como classe dominante da sociedade e que constitui, por isso mesmo, a "prova" da negação do marxismo no século XX. James Burnham foi o primeiro a lançar sistematicamente essa tese em seu já famoso livro *A Revolução dos Gerentes*. Em síntese, o argumento dessa escola sociológica é o seguinte: Na sociedade industrial a propriedade e o "controle" dos meios de produção tendem a separar-se cada vez mais. Por um lado, a propriedade dos meios de produção, em vez de concentrar-se em poucas mãos, tende a diluir-se cada vez mais em face das sociedades anônimas, da participação dos operários nos lucros da empresa, etc. Por outro lado, os que controlam a economia das empresas, os que tomam as decisões, já não são os "proprietários" no sentido jurídico do termo, mas os técnicos, os gerentes, os diretores, que não são mais do que simples assalariados.⁵⁴ Tudo isso tende a demonstrar que a "definição" marxista das classes, baseada na propriedade dos meios de produção, já não é válida para a atualidade. E, mais ainda, que numa sociedade socialista, em que a propriedade privada dos meios de produção foi suprimida, a "classe" dos gerentes e dos técnicos subsiste integralmente.

A intenção política desses argumentos é evidente e não merece ser discutida nestas páginas. Sem dúvida, é preciso considerar dois pontos. Em primeiro lugar, a diluição da propriedade dos meios de produção nos países capitalistas não corresponde à realidade.⁵⁵ Os "pequenos acionistas"

54 Ver Dahrendorf, R.: op. cit., que faz seus alguns desses argumentos.

55 Ver, para o caso dos Estados Unidos, as obras de Victor Perlo e outros; para a Grã-Bretanha, as de Maurice Dobb; para a França, os estudos da revista *Economie et Politique*, etc.

representam uma porcentagem insignificante na distribuição do capital. Em segundo lugar, os "gerentes" dos níveis superiores das empresas tendem a participar cada vez mais na "propriedade" dos meios de produção, mediante a acumulação de ações preferenciais, a participação nos lucros da empresa, etc. De qualquer maneira, trata-se, em grande parte, de argumentação escolástica. No sistema capitalista, os interesses objetivos da burguesia, como categoria estrutural desse sistema, são representados tanto pelos proprietários jurídicos como pelos possuidores *de facto* dos meios de produção, que se encontram a serviço daqueles. A burguesia de todas as épocas, como já salientava Marx, cria seu aparato administrativo (militar e burocrático) que não pode ser considerado de forma alguma como um corpo independente. Em todo caso, a tecnoburocracia constitui uma camada específica da burguesia no sistema capitalista. Não é possível transformá-la, no papel, em uma "classe média" independente e, menos ainda, em uma nova classe dirigente própria do "industrialismo", para negar, de uma penada, as oposições entre as classes baseadas nas estruturas econômicas. Isso não significa que se negue a importância sociológica dessa categoria social nem o fato de que sua existência acarreta novos problemas na análise das classes da sociedade, na época da automatização e dos grandes *trustes* internacionais.

III. AS RELAÇÕES ENTRE A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E A ESTRUTURA DE CLASSES

Nas duas seções anteriores distinguimos conceptualmente a estratificação social do fenómeno das classes sociais. Convém insistir agora no fato de que esses dois fenómenos sociais estão estreitamente ligados, e que não só se confundem nas obras de certos autores como também se entrelaçam e se interpenetram mutuamente nas estruturas sociais. Com

efeito, é às vezes difícil traçar com clareza a linha que separa um fenómeno do outro.

Se considerarmos que as oposições de classe na sociedade são assimétricas; que frente aos que possuem o poder, os meios de produção e a riqueza se encontram aqueles que não os possuem; que os que não trabalham com seus meios de produção empregam o trabalho assalariado de outros; que uns estão "acima" e outros estão "abaixo", é fácil ver que as diferentes posições ocupadas pelas classes na sociedade representam, de fato, uma estratificação. Certamente, não se trata de um *continuum* de *status* individuais nem de uma série de estratos superpostos. As hierarquias que se formam na sociedade agrupam em seus extremos as classes ou os blocos de classe em oposição e no meio as camadas ou estratos intermediários. Mas isso não pode ser reduzido a um único esquema válido universalmente. As características específicas de cada sistema de estratificação dependem diretamente do conteúdo específico das relações entre as classes e tendem a refleti-las. Na medida em que representam um quadro estático, descritivo de alguns aspectos da organização social, e que são condicionadas de maneira importante pelos sistemas de valores da sociedade, as estratificações pertencem à superestrutura, enquanto as relações entre as classes são determinadas diretamente pelas relações de produção da sociedade e pertencem, portanto, à base.

Há estratificações que não se baseiam, à primeira vista, nas relações de classes, por exemplo: as categorias ocupacionais de prestígio⁵⁶ ou certas hierarquias baseadas no pertencer racial ou étnico em sociedades múltiplas.⁵⁷ Mas essas

⁵⁶ Os estudos de estratificação nos países anglo-saxões insistem no fato de que os operários qualificados (pertencentes ao "proletariado") têm com frequência rendimentos superiores aos empregados de "colarinho branco" e até aos dos professores (pertencentes à "classe média"), ainda que estes ocupem, sem dúvida, posições superiores em qualquer escala de prestígio.

⁵⁷ A escola norte-americana apresenta as relações entre as raças negra e branca nos Estados Unidos sob o aspecto de um sistema de

estratificações têm origem numa situação de classe e não podem ser realmente compreendidas se não as relacionarmos com esta. A posição do operário industrial numa escala de prestígio tem sua origem na situação do proletariado durante o período de desenvolvimento do capitalismo industrial, e esta posição se encontra ainda enraizada no sistema de valores da sociedade, apesar das mudanças ocorridas na situação objetiva do proletariado desde então. Do mesmo modo, a discriminação dos negros nos Estados Unidos, mesmo que no momento se ignorem suas implicações econômicas, tem sua origem na escravidão, assim como no desenvolvimento do capitalismo industrial nos Estados Unidos depois da abolição desta. A estratificação racial nesse país baseia-se numa situação de classe, ao menos em sua origem e, em grande parte, na atualidade.⁵⁸

As estratificações representam, na maioria das vezes, o que poderíamos chamar *fixações* sociais, freqüentemente também jurídicas, e, em todos os casos, mentais, de certas relações de classe. Nessas *fixações* sociais intervêm outros fatores secundários e acessórios (por exemplo, religiosos, étnicos) que reforçam a estratificação e que têm, ao mesmo tempo, a função sociológica de "libertá-la" de ligações com a base econômica; em outras palavras, têm a função de mantê-la em vigor ainda que mude sua base econômica. Con-

"castas", em que a raça negra ocupa o *status* de uma casta inferior. Cada uma das duas "castas" tem seu sistema de "classes" próprio. A estratificação da sociedade se representa por uma linha diagonal que separa esses dois universos sociais e daí decorre que a "classe baixa" da "casta alta" se encontra, com relação à "classe alta" da "casta baixa" (quer dizer, os brancos pobres com relação aos negros ricos), numa posição que é ao mesmo tempo de superioridade na escala de prestígio e de poder e de inferioridade na escala dos rendimentos. Cf. a obra clássica de Gunnar Myrdal: *The American Dilemma*, N. York, 1944.

58 A tese de que a discriminação racial nos E.U.A. constitui um sistema de exploração econômica é considerada como anátoma pela maior parte dos sociólogos norte-americanos que preferem ver a discriminação somente como a expressão do irracionalismo humano. Essa tese foi desenvolvida brilhantemente por outro sociólogo norte-americano, Oliver Cromwell Cox, em *Caste, Class and Race, A Study in Social Dynamics*, Monthly Review Press, N. York, 1959.

seqüentemente, as estratificações podem ser consideradas também como justificações ou racionalizações do sistema econômico existente, ou seja, como ideologias.⁵⁹ Como todos os fenômenos da superestrutura social, a estratificação adquire uma inércia própria que a mantém, embora as condições que a originaram se tenham modificado. A medida que as relações entre as classes se modificam — devido à dinâmica das oposições entre as classes, às lutas e aos conflitos de classes — as estratificações se transformam em *fósséis* das relações de classes sobre as quais se basearam originalmente.

Portanto, podem deixar de corresponder a estas, e mesmo com elas entrar em contradição, como no caso de mudanças revolucionárias na estrutura de classes. É por isso que certos tipos de estratificação não têm, aparentemente, nenhuma relação com a base econômica; por exemplo, no caso de certas estratificações sociais estabelecidas em torno da aristocracia

59 Não há contradição alguma no fato de considerar-se a estratificação como uma realidade social (quando se traduz em formas específicas de conduta e em níveis de vida determinados), como uma hierarquia de valores e como uma ideologia (no sentido de uma avaliação ou interpretação moral, política, religiosa ou filosófica, de determinada situação social). (Ver Gurwitsch, G.: *op. cit.*, para os diferentes significados de "ideologia" em Marx.) Podemos tomar para exemplo a situação da União Sul-Africana, onde a estratificação étnica coloca os brancos no cume, os *coloured* (hindus e mulatos) no meio, e os negros na base. Aqui, a estrutura de classes corresponde, de uma maneira geral, à estratificação. Os africanos constituem o proletariado explorado das minas e indústrias e os servos. As leis inumanas de *apartheid* são o instrumento da minoria branca dominante para manter o sistema de exploração. Os *coloured* constituem efetivamente as camadas médias do sistema econômico: a pequena burguesia artesanal, comercial e de serviços. Os europeus são os donos dos meios de produção, da riqueza e do poder político. Todos eles se justificam com referências piedosas à "tradição tribal do africano", baseadas no abuso e na falsificação do conceito de relativismo cultural, quando não no puro racismo.

Outro exemplo é o que nos dá W. L. Warner em seu estudo de *Yankee City*. Ali, a estratificação (na medida em que constitui uma realidade social e não um produto da imaginação do autor) inclui critérios tão diversos como a antiguidade da linhagem familiar, a educação, a religião, a origem nacional, a zona residencial, etc. Tudo isso está expresso na hierarquia de valores dominantes e santificado pela ideologia do "American Way of Life". Mas aqui a estratificação já não corresponde à realidade econômica e as tendências da estrutura de classes se afastam da estratificação estabelecida.

em diversas monarquias européias e no caso dos vestígios de uma estratificação étnica, correspondente à época colonial, em certos países da América Latina, inclusive o México.

Depreende-se do anterior que as estratificações, como fenômenos da superestrutura, e sendo o produto de certas relações de classes, atuam, por seu lado, sobre essas relações. Não constituem elas apenas seu reflexo passivo. As categorias intermediárias tendem a diluir as oposições mais agudas que possam existir entre seus estratos polarizados, na qualidade de classes. Nos sistemas de estratificação que permitem a mobilidade social entre os estratos, esta tem a dupla função de reduzir as oposições mais agudas entre as classes e de reforçar a própria estratificação. A estratificação desempenha, pois, um papel eminentemente conservador na sociedade, ao passo que as oposições e os conflitos de classes constituem um fenômeno de ordem dinâmica, por excelência. Ao contrário do que afirma a maioria dos sociólogos, não consideramos a estratificação essencialmente como um fenômeno social que divide a sociedade, mas, isto sim, como um fenômeno social cuja função é a de integrar a sociedade e de consolidar uma estrutura sócio-econômica determinada. Essa estrutura está certamente dividida, mas não pela estratificação, e sim pelas oposições de classes. Do ponto de vista dos interesses dos agrupamentos sociais, toda estratificação serve aos interesses de seu estrato superior, mas apenas certos tipos específicos de estratificações servem aos interesses da classe dominante da sociedade (só aquelas estratificações que correspondem à estrutura sócio-econômica). A classe dominante e o estrato superior podem não ser idênticos; este é o caso quando as relações entre as classes se desenvolveram para além dos limites das estratificações fixadas na sociedade. Parece que os dois tipos de agrupamentos (classe dominante e estrato superior) podem coexistir durante algum tempo — cruzando-se na estrutura social — de acordo com as circunstâncias históricas particulares.

No entanto, mais cedo ou mais tarde, desenvolve-se um novo sistema de estratificação que melhor corresponde à estrutura de classes existente. Isso também nos pode explicar a coexistência de múltiplos sistemas de estratificação numa sociedade; enquanto apenas uma estrutura de classes é possível dentro de um sistema sócio-econômico determinado. As classes são incompatíveis entre si, isto é, excluem-se mutuamente; mas o mesmo não sucede com os diversos sistemas de estratificação. Isso significa que um indivíduo pode ter diversos *status* na sociedade, participar de diversas estratificações, enquanto apenas pode pertencer a uma classe. (O que não nega a possibilidade que tem um indivíduo de mudar de classe, ou, sendo membro de uma classe, identificar-se conscientemente com outra; por exemplo, o caso dos líderes revolucionários do proletariado ou do campesinato que têm sua origem na burguesia.) Se as estratificações representam sistemas de valores aos quais se pretende dar uma validade universal, as oposições entre as classes, pelo contrário, criam sistemas de valores em conflito. Em consequência, as contradições que se podem produzir entre um sistema de estratificação e uma estrutura de classe implicam também múltiplos conflitos entre sistemas de valores.⁶⁰ Finalmente, o fenômeno da estratificação pode ser considerado como a aparência de uma estrutura social, cuja essência real é a estrutura de classes. Assim como o movimento do pensamento vai do aparente ao essencial, do simples ao complexo, do estático ao dinâmico, assim também o estudo da

60 É muito duvidoso que uma estratificação, em sua qualidade de sistema de valores, seja aceita universalmente na sociedade, quando na realidade só é imposta universalmente pela classe dominante, cuja hierarquia de valores representa. Quanto mais a estratificação deixa de corresponder às relações de classes subjacentes, tanto menos será aceita como sistema de valores por todos os estratos que a compõem, os quais tratam de impor seus próprios sistemas de valores. Dai surge a multiplicidade de conflitos entre sistemas de valores numa sociedade que está, ao mesmo tempo, multiestratificada e dividida em classes sociais. Cf. Wertheim, W. F.: "La société et les conflits entre systèmes de valeurs", em *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XXVIII, 1960.

estrutura social tem que passar, neste caso particular, da estratificação às oposições de classe, sem deixar de assinalar, em todos os casos, as relações específicas que ligam os dois fenômenos.⁶¹

⁶¹ Estas páginas são o resultado de algumas reflexões iniciais sobre o tema da relação entre a estratificação e a estrutura de classes. Especificamos os ramos que contribuíam para o esclarecimento de algumas noções sociológicas e que discussões posteriores permitam precisar os conceitos e aprofundar o tema.